



Ilustração do livro
Madrinha Lua. Poesia.
Niterói, Edições Hipocampo, 1952.



A Lírica de Henriqueta Lisboa

FÁBIO LUCAS

~ Da tradição à autonomia

Importa investigar a obra de uma das maiores poetisas do Brasil, Henriqueta Lisboa, nascida em Lambari, Minas Gerais, a 15 de julho de 1901, e falecida a 9 de outubro de 1985. E mencionar sinais de sua passagem pelas Letras, pois, além da produção lírica, destacou-se como tradutora, já que verteu para o português, com extrema competência, desde Dante até Ungaretti e Gabriela Mistral. E ensaísta, autora que foi de quatro obras de interpretação literária. Seguem-se, adiante, algumas sugestões captadas na complexa obra da poeta mineira.

No auge da produção de Henriqueta Lisboa — início do século XX —, as correntes consagradas da Europa exportavam atitudes contestadoras da tradição sob a forma das *vanguardas*. Deste modo, a poesia de Henriqueta Lisboa pode ser lida como o estuário de duas

Doutor em Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, Fábio Lucas se especializou em Teoria da Literatura. É professor, ensaísta e crítico literário. Tem inúmeros livros publicados, entre os quais *Temas literários e juízos críticos* (1963), *Do barroco ao moderno* e *Crepúsculo dos símbolos: reflexões sobre o livro no Brasil* (1989), e colabora em periódicos especializados.

tendências: a *simbolista* e a *modernista*. Infere-se que seu processo de formação incorpora efusiva convivência com o repertório dos “poetas malditos” da França, assim como os seus ecos no Brasil, recolhidos especialmente na obra de Alphonsus de Guimaraens, sobre quem, aliás, veio a escrever um ensaio de interpretação.

Diga-se, de passagem, que Henriqueta Lisboa percorreu um caminho paralelo ao de Cecília Meireles, ambas nascidas em 1901. Singulariza-as do mesmo modo o empenho na implantação de uma literatura direcionada às crianças. Enquanto Cecília Meireles se tornou a primeira brasileira a criar uma biblioteca para o público infantil, Henriqueta Lisboa se fez pioneira na escrita de poemas para crianças fora da tradição moralista ou de cunho meramente pedagógico. Concebeu poemas de feição lúdica, como é o caso de “O menino poeta” e outros da mesma coleção, nos quais predomina o jogo de palavras. Deste modo, a composição se estrutura em torno da própria mensagem. O processo de comunicação não se destina à circulação da mensagem do emissor para o receptor, mas enfatiza a substancialidade da mensagem, começa e se esgota nessa, como numa *função poética*, nos termos da proposta de Roman Jakobson. Assim, os poemas de *O menino poeta* iniciam uma prática de poetização em que se explora de preferência o *estrato fônico*, relegando-se a segundo plano o *estrato das representações* ou as camadas de expressão emotiva ou referencial. Os exemplos de *O menino poeta* apontam precisamente para o prazer do texto, para a manifestação sonora e lúdica de cada poema.

O leitor não deve assustar-se com o repertório precioso de Henriqueta Lisboa. Antes, precisa explorá-lo à exaustão, a fim de colher o maneirismo dramático da poeta, que associa a tradição setecentista mineira, meio barroca, meio clássica, eminentemente rococó, com a tonalidade musical do Simbolismo. Repetem-se vocábulos da têm-

pera simbolista: reposteiro, vergel, lua, orvalho, asas, lírio, arco-íris, zéfiro, elfo, nácar, luz, musa, lágrima, nardo, pomba, paz, etc. Observam-se, entretanto, algumas soluções que lhe são intransferíveis. Por exemplo, certos cortes que isolam palavras e sintagmas, rebarbarizando a expressão, tornando-a forte, original e poética. Exemplo: “Talvez. Aleluia para esse talvez. Aleluia.” (poema 4 de “Os estágios”, de *O alvo humano*). Ainda: “Na morte, não. Na vida. / Está na vida o mistério.” (poema “O mistério” de *Flor da morte*). Mais? Veja-se: “Flor. A inacessível. / Do caos, da escarpa, da salsugem, / da luxúria, dos vermes, das gavetas / do asco, do cuspido, da vergonha. / Flor. A inefável. / A companheira do anjo”, etc. (poema II, “Flor da morte”, de *Flor da morte*). Também: “Sinal da loucura, sinal dos tempos. / Sinal, apenas.” (poema “Sinal” de *Flor da morte*).

Mais outro aspecto do modo autônomo de poetar de Henriqueta Lisboa: o jogo ora feroz, ora pungente, entre o “sim” e o “não”. A dialética da representação do mundo e da vida. Já chamamos a atenção para essa característica da poeta. O número incontável de poemas iniciados pela negativa. Modo cumulativo de acentuar o contraste, ou seja, a afirmação final do conteúdo lírico, geralmente de cunho elegíaco. O eu lírico, no relato emocional, vai registrando as modalidades repelidas na enunciação, aquilo que se recusa. Depois do processo cumulativo, invertendo o seu sentido, o enunciado lírico se concentra naquilo que a poeta deseja enfatizar como efeito construído, buscado desde o início. Curiosamente, em determinado poema, Henriqueta Lisboa inicia a composição assim: “Eu ia dizer sim, disse não.” (poema “Poder obscuro” de *Azul profundo*). Dialectas da Escola de Frankfurt, especialmente Theodor W. Adorno, chamaram a atenção para a positividade da negação, núcleo do processo cognoscitivo. E alguns lingüistas trouxeram à evidência o jogo contrastivo como fundamento da linguagem. Em Henriqueta Lisboa, podemos considerar a negação como premissa de um silogismo de

A face lívida

NÃO a face dos mortos.
Nem a face
dos que não coram
aos açoites
da vida.
Porém a face
lívida
dos que resistem
pelo espanto.

Não a face da madrugada
na exaustão
dos soluços.
Mas a face do lago
sem reflexos
quando as águas
entranha.

Não a face da estátua
fria de lua e zéfiro.
Mas a face do cirio
que se consome
lívida
no ardor.

epifania lírica. Veja-se o início de “A face lívida”: “Não a face dos mortos. / Nem a face / dos que não coram / aos açoites / da vida. / Porém a face / lívida / dos que resistem / pelo espanto.” Veja-se também o desdobrar de “O espelho” de *O alvo humano*: o processo é duplo. Primeiramente, temos “O julgamento sem réplica / Não diante da platéia”... etc. “Porém diante do puro / espelho.” E logo a seguir: “Não o túbio / vitral movível da consciência”, etc. Adiante: “Não este aço”, seguindo-se especificações, para acrescentar: “Nem ainda o de Lúcifer – tão belo / no seu orgulho de anjo.” E, logo a seguir: “Sim / o refletor de nenhum gesto, / lâmina sem a mínima flor / sorriso ou lágrima”. Seguem especificações do “sim” do espelho.

A busca do ser, em Henriqueta Lisboa, se confunde com a busca da verdade poética. Há, no conjunto de seus poemas, várias ocasiões em que a metalinguagem é utilizada para exprimir a essência da poesia. No poema “Arte”, de *A face lívida*, confundem-se Arte e Verdade. E o poema conclui: “Verdades se arrasam / por ti. Verdadeira.” Mais grave será o conceito que subjaz ao poema “Jóia”, de reflexão sobre algo de enormemente precioso, submetido à “coação do minuto”. Algo que se prolonga em “Contemplação”, que vincula a poesia ao objeto de experiência visual: a ânfora.

Alguém que associasse esses poemas a “Estudo” teria uma poética de alto relevo. Realizaria um estudo admirável dos disfarces em que o discurso poético se transfigura. Aprenderia o inefável na voz de uma das mais autorizadas poetisas do país. O poema “Disciplina” de *Montanha viva* é ambíguo. Sugere tanto a caprichosa mortificação de um missionário, quanto o esforço artesanal rumo à perfeição. Elogia o trabalho dirigido. Para quê? No fim, “Então, brilhai”, conclama o poema. Como se, após ingente sacrifício, fosse dado ao poeta colher o fruto da glória. Da mesma beleza, no mesmo livro, *Montanha viva*, fala “O órgão”, instrumento do êxtase artístico. E “Cigarra” satiriza o “ouvido mouco”, ou seja, a insensibilidade. Mas o poema culminante, nessa li-

nha, constitui “O ser absoluto” de *Miradouro*, algo de divinizado e ascendente, aquele ser que “toma o carro do sol”. Em contrapartida, Henriqueta Lisboa sabe desdenhar, com certa graça, o mundo das aparências em “Do supérfluo” de *Pousada do ser*.

Podemos integrar aqui a contribuição do Modernismo à poesia de Henriqueta Lisboa. Ou, de outro modo, a contribuição de Henriqueta Lisboa à poesia modernista. Tal como Emílio Moura, a poeta não embarcou na revolução literária do lado de seu aspecto mais caricato e desafiador, que foi a prática do poema prosaico ou simplesmente anedótico. O Modernismo de Henriqueta Lisboa cifra-se pela compostura. Mas o seu verso livre, ponto de honra da nova escola, é tão fluido e natural que se pode admitir lhe seja imanente um modo peculiar de manifestar-se de modo poético.

Henriqueta Lisboa foi a personalidade feminina a quem Mário de Andrade endereçou o seu mais delicado diálogo. A correspondência entre ambos o atesta. Curiosamente, Mário de Andrade elegu duas mineiras para expandir-se em áreas de seu variado interesse artístico. De poesia falou com Henriqueta; de música e pesquisa folclórica entendeu-se com Oneida Alvarenga, que acabou organizando a parte mais abundante de seu acervo de pesquisador.

Assim, recomendamos ao leitor interessado em investigar as várias faces da poesia de Henriqueta Lisboa que perfaça o seguinte caminho: em primeiro lugar, analise o *estrato fônico*, para apurar a herança simbolista e a extrema fusão da musicalidade à expressão poética. Poderá igualmente surpreender o seu engenho inventivo posto a serviço da poesia para crianças, dando-lhe um teor lúdico e mnemônico diferente da poesia moralista e didática que até então se oferecia aos pequenos leitores. Além do mais, alcançar-se-á em Henriqueta Lisboa um culto generalizado das palavras. Tomando a palavra como ponto de apoio, dialoga com as outras artes, cultiva a correspondência entre elas.

A seguir, explorar-se-á o *estrato morfossintático*, para se ter a visão dos cortes extremamente originais da poeta, na busca da essencialidade das palavras, da rebarbarização de vocábulos e sintagmas, a fim de devolvê-los ao nascedouro da poesia.

Após uma investigação demorada do *estrato das representações*, estudaria a temática de Henriqueta Lisboa, que se organiza, em primeira instância, em torno do eterno conflito entre a vida e a morte. Jogo tenso que leva a poeta a escalar alguns dos seus veios poéticos preferidos. Um deles, Deus, e, em segundo plano, a Religião. Ver-se-á que Deus e Religião se apresentam mais como problemas do que como solução. E o estudo de tensão conceitual se eleva à medida que a obra da autora avança no tempo. Daí se tornar tão importante um acompanhamento diacrônico da produção de Henriqueta Lisboa.

A discrepância entre a vida e a morte se acirra com a descrição do desejo e a exaltação erótica, em contraste com sentimentos de abandono e solidão. O amor constitui outro alicerce temático da poeta. Por vezes, adota o aspecto de uma prisão desejada, como em “Algemas” de *Azul profundo*. Aliás, é freqüente que o mundo se apresente a Henriqueta Lisboa como uma prisão. É o que se vê em “Jaulas” de *Flor da morte*.

O amor não correspondido, ou a versão do amado ausente, leva a poeta a extremos de solidão. Solidão sentida e, por vezes, aspirada, emblema ora de paz e renúncia, ora de inconformidade.

“Repouso”, de *Prisioneira da noite*, é sintomático, assim como na mesma obra “A mais suave”, que tece o elogio da fragilidade. Tudo isso contrasta com a dança dos desejos em “Noturno”. E a paz, tantas vezes perseguida, é negada em “Lareira”.

As pressões sociais, a solidão, a paz ameaçada tornam frágil o “eu poético”, que, por vezes, se rebela. É o caso de “Orgulho”.

A poeta se defende também com o amor idealizado. Uma espécie de sacralização do eterno em “Azul profundo”, poema da obra do

mesmo título (sintagma que, coincidentemente, integra o arsenal de Mário de Andrade). Amor que se concretiza na voz do amado (ou no silêncio) como em “Amor” de *Miradouro*: “Um nome para dizer tudo / se teus lábios o calam.”

A fragilidade em Henriqueta Lisboa se torna freqüentemente fortaleza. Ela mistura a sensação amorosa ao orgulho e, no poema “Confronto” de *Miradouro*, reporta-se à “astúcia dos tímidos”. Não é apenas o amor que a poeta defende nos seus arcanos, mas também a infância, tantas vezes referida como perda irreparável. E às vezes como fonte de sofrimento. Mas sempre uma infância evocada sem nenhum tributo à passividade.

Tudo isso sem contar a onipresença da morte na temática de Henriqueta Lisboa. Não se trata de uma visão pacífica da consciência de que somos mortais. Mas uma atitude desafiadora e inconformada. O carinho com que celebrou o destino final levou-a até a traçar os contornos do além da vida, a paisagem do morto. A tensão dramática, à beira do trágico, pode ser colhida em “Os lírios” e “Dama do rosto velado”. E “Condição”, além de trazer dados biográficos, aponta para a espera da morte. Os biografemas da poeta não olvidam jamais as cores instintivas do desejo e o obsessivo temor da morte, cujo espetáculo se nutre até mesmo do espanto, como em “Assombro” de *Pousada do ser*. Tudo isso sem mencionar que *A face lívida* e *flor da morte* reúnem o que há de mais substancial ao confronto da vida com a morte.

A última faceta da análise que recomendamos: a penetração no *estrato das qualidades metafísicas*. Um pouco de seu estudo está no estrato morfossintático, assim como no das representações. Aliás, em todos os estratos, pois a obra artística é polissêmica e povoa todas as camadas da percepção do leitor. O aspecto sinfônico de cada poema implica igualmente a diversidade de modos de captação da mensagem lírica. Nenhuma categoria se apresenta em estado puro. Elas são utilizadas de modo didático, a fim de se organizar o dis-

curso interpretativo e auxiliar o leitor a penetrar na grande selva dos significados.

Henriqueta Lisboa fecunda de modo especial a exploração de sua particular Ontologia. Já se disse que toda Filosofia (que, como a Religião e a Mitologia, estiveram associados inicialmente à Poesia) deve apresentar uma teoria do ser (Ontologia) e uma teoria do conhecimento (Gnoseologia). A poeta não faz um tratado de Filosofia, mas incorpora ao texto poético reflexões sucessivas sobre a natureza do ser. Seu último livro, talvez bafejado pelo clima de opinião proveniente de Heidegger, intitula-se *Pousada do ser*. Antes já havia publicado extenso poema intitulado “Celebração dos elementos – água ar fogo terra” (1977), de cunho investigativo das origens. Como quer que seja, Henriqueta Lisboa utiliza o procedimento poético para acercar-se mais e mais da verdade. De tal sorte que, por vezes, prefere contornar o mistério, fazendo aquilo que Maria José de Queiroz denomina “poética do sigilo”, pois a poeta enfrenta o enigma sem decifrá-lo (cf. “Henriqueta Lisboa: do real ao inefável”, prefácio a *Miradouro e outros poemas*, Rio, Nova Fronteira / MEC, 1976). Já aludimos à prática da metalinguagem na poeta, que torna a poesia o principal canal de acesso à verdade.

Em conclusão: os múltiplos poderes da poesia de Henriqueta Lisboa haverão de alimentar a crítica em todos os tempos. Deixamos de mencionar a sua atividade de tradutora e as homenagens culturais que ela faz ao longo da obra. Dante, no entanto, recebe tributo em “Herança”, de *Montanha viva*, e o pintor flamengo está em “Vicent (van Gogh)” da mesma obra. Com o ensaio, Henriqueta Lisboa adotou outra estratégia de acercar-se da poesia. Especial relevo deve ser dado à conferência “Poesia, minha profissão de fé”, incluída na obra *Vivência poética: rara lição de encantamento e consciência crítica* diante da expressão lírica.

~ Interação poética com Mário de Andrade

O dia 9 de outubro encerra as duas pontas de uma duradoura amizade literária: naquela data nascia Mário de Andrade em 1893 e Henriqueta viria a falecer em 1985. O alfa e o ômega de uma intimidade no reino da poesia.

Mário de Andrade exerceu notável influência na produção lírica de Henriqueta, aconselhando-a como bom amigo e mestre exigente.

Ambos se identificam em vários momentos temáticos ou imagéticos e até mesmo lexicais. É o caso do devotamento ao vocábulo “azul”, que constitui, ao lado do vocábulo “abril”, uma das marcas recorrentes da mitologia de Mário. *Livro azul* vem a ser o título de uma de suas coleções mais importantes.

Quando Mário se entregava à feitura dos “Poemas da amiga” (1929-1930) e do *Livro azul*, passava por um período de semi-apatia, de contemplação, de desmaterialização do ser que infundia nele o desejo de escrever em tom menor, sem lances hiperbólicos, ao modo de certos poetas ingleses. A exploração do “azul” entende com aquele período de concentração psíquica e de entrega a uma emotividade neutra, reagente ao tom revolucionário e polêmico dos primeiros experimentos modernistas. E é no oitavo dos “Poemas da amiga” que encontramos, talvez, a sugestão do título que Henriqueta Lisboa adotaria para seu livro *Azul profundo* de 1950-1955:

Tua presença é uma carne de peixe,
De resistência mansa e um branco
Ecoando azuis profundos.

Nas *Reverberações* de Henriqueta Lisboa, de 1975, temos, no verbete “Vergel”, “o verde / refletindo o azul”, enquanto no verbete

“Heráldica” se fala da “Alta nobreza azul / do espírito”. E na sua última obra publicada, *Pousada do ser* (1976-1980), dedica um poema a “O dia azul”.

Mário de Andrade, em carta de 28 de janeiro de 1944, aponta a existência de duas pessoas em Henriqueta Lisboa: a poeta e a professora católica. Esta última, de certa forma, bloqueava o surto lírico da primeira. Introduziria a rotina do pensamento nas forças expansivas da criação: “Tem em você”, – diz ele – “na você de agora, depois que se perfez e se libertou da certa impessoalidade a-volta-do-condor que ainda havia em grande parte da *Prisioneira da noite*, tem em você agora, com certa indecisão, imprecisão de divisão, duas pessoas distintas. Uma delas é o Poeta, e outra é a Professora Católica.”

Aliás, o que distingue o fazer poético do apelo publicitário, tão comum em nossos dias, é o grau de utilidade deste último, em confronto com o descompromisso quase lúdico da expressão poética. Assim, enquanto a poesia percorre a sua “finalidade sem fim”, estabelecendo com o leitor uma esfera de comunhão, o produto retórico e/ou publicitário, baseado em princípios de comunicação persuasória, dirige-se mais ao entendimento do que à emoção. Torna-se tautológico e mnemotécnico.

Na poesia prevalece o código, enquanto a mensagem discursiva transporta a propaganda, o anúncio e as emoções primárias, sensações de primeiro grau. Quase sempre, o ornato plástico ou musical constituem acessórios enganadores que alimentam hoje a ilusão da poesia, pois se põe no lugar do poético verdadeiro.

Mais um passo adiante, Mário de Andrade condena nos poemas de Henriqueta o estilo conceituoso: “São certas poesias em que no fim, com si fosse fábula com moralidade, você termina com um conceito ou coisa de alguma forma assimilável a um conceito. Enfim, com uma coisa que mais se assemelha a uma reação intelectual que a um desabafo, a um surto lírico.”

Mário acentua que a poesia “como arte que é, é sempre proposição de verdades, mas verdades anti-lógicas, para-lógicas, supra-verdades, definições intuitivas e não dedutivas”. Conclui dizendo que qualquer conceito lógico, conclusivo ou moralidade fabulística “prejudica a realidade lírica e livre da poesia.”

Pelo que se nota da correspondência de Mário de Andrade enviada a Henriqueta Lisboa, publicada sob o título de *Querida Henriqueta* (Rio, J. Olympio, 1990), edição organizada e anotada criteriosamente pelo Pe. Lauro Palú, o líder do Modernismo exercia rigorosa vigilância sobre os poemas de Henriqueta, verdadeiro magistério carregado de pontuações críticas e gestos de ternura.

Para quem estudar a evolução literária da poeta mineira, haverá de reconhecer seu caminho retilíneo em direção da essência lírica. Vale dizer: a poeta foi derrotando paulatinamente a professora católica.

A projeção dessa mudança aponta para dois aspectos curiosos da carreira da escritora: o primeiro diz respeito ao seu livro mais dramático, publicado após o falecimento de Mário de Andrade, *Flor da morte*, cujos poemas não puderam passar sob o crivo exigente do crítico; o segundo, consiste na variação de tonalidade ao defrontar-se com o tormentoso e recorrente tema do amor e da morte.

A fim de ilustrar o procedimento técnico de Henriqueta Lisboa, valemo-nos das categorias fixadas por Freud para apreender os movimentos mais secretos do inconsciente: a transferência e a condensação. O que, na arte literária, terá como correspondentes a passagem do discurso metonímico para o discurso metafórico.

Henriqueta Lisboa combina a elaboração metonímica, na linha do significante, que implica uma operação racional, com a formulação metafórica, irracional, governada por processos de condensação.

O andamento do poema em Henriqueta Lisboa revela substituições sucessivas e acréscimos intensificadores que podemos identi-

car como deslocamentos, no sentido freudiano que isso possa ter. A tarefa do crítico consiste em tornar manifesto o que ficou disfarçado ou reprimido.

No ato de comunhão da poesia, estabelece-se na interação emissor / receptor um estado diferenciado de consciência, uma aproximação virtual de que o leitor extrai estados de espírito luminosos, aclaramentos de essência.

Henriqueta Lisboa tem a propriedade muito particular de promover uma constelação de informes estéticos em torno de núcleos genéticos do poema. Às vezes, basta uma palavra.

A totalidade da composição tende a se formar de modo esférico, como se o produto desejasse exibir um estado de perfeição.

Tome-se o poema “Sofrimento”, do livro *Flor da morte*, do qual se podem extrair inúmeras diretivas, ou meios de produção de sentido. Uma delas seria a captação existencial, quase metafísica, na medida em que se procura estabelecer o limite entre a essência e a aparência.

Outra diz respeito a uma poética, como se os símbolos arcassem com a função de constituir-se em suporte da metalinguagem. Ou seja, o ornamento significasse a casa da poesia. Eis o texto:

Sofrimento

No oceano integra-se (bem pouco)
uma pedra de sal.

Ficou o espírito, mais livre
que o corpo.

A música muito além
do instrumento.

Da alavanca,
sua razão de ser: o impulso.

Ficou o selo, o remate
da obra.
A luz que sobrevive à estrela
e é sua coroa.

O maravilhoso. O imortal.
O que se perdeu foi pouco.
Mas era o que eu mais amava.

Desejamos exprimir com isto que Henriqueta Lisboa, não somente no poema que tomamos por exemplo, mas variadamente, adota o duplo gesto de espalhar e recolher. Tudo, como vimos, ao redor de uma peça básica, um núcleo.

O dístico inicial domina o sistema de imagens do poema:

No oceano integra-se (bem pouco)
uma pedra de sal.

O poema se desdobra em veios paralelísticos, como se fora uma canção cumulativa de dísticos, de ritmação irregular. Mas o que seria o refrão terminal, epílogo conclusivo, explode em três versos isolados que condensam o significado do poema.

Reunidas as dualidades de cada parêntese, a poeta retrata as tensões entre causa e efeito, fundo e forma, essência e aparência. E, do balanço da particularidade de cada sintagma, chega-se à síntese dramática: os elementos básicos se tornam ausentes, “O maravilhoso. O imortal”, como diz a poeta. Neste ponto, ela se socorre da adversativa “mas” para designar a sua opção humana, mais transitória, existencial: “Mas era o que eu mais amava.”

Uma poética? Não há dúvida. Ela se vale do poema para designar o valor discordante da aparência, materializada nos elementos derivados: o espírito, em relação ao corpo; a música, em relação ao instrumento; o impulso, em relação à alavanca; a luz, em relação à estrela.

Junto com esses derivados, enumera tudo o mais que fica: o selo, o remate da obra, o maravilhoso, o imortal. Que se perde então? Perderam-se as fontes, as origens, a causa inicial de tudo, “uma pedra de sal”, o corpo, o instrumento, a alavanca, a estrela e tudo o que se opõe ao maravilhoso e ao imortal. Tudo o que, entretanto, era o que a poeta mais amava. Enfim, a forma, a aparência.

Com este pequeno estudo desejamos ressaltar, além da técnica de constelação imagética em torno de um princípio, termos novas possibilidades de prospecção na obra de Henriqueta Lisboa. Por exemplo, o estudo da dicotomia vida / morte, que poderá recolher resíduos de uma decisão amorosa profunda, sinalizada pelo triunfo secreto da esperança ou pela sedução transitória da morte enquanto apenas ato de consolação ou talvez medida diluidora de antagonismos insolúveis.

Cessado o diálogo com seu mestre Mário de Andrade, a poeta Henriqueta Lisboa tomou luz própria e ascendeu extraordinariamente, abafando, aos poucos, a professora católica.

Monumento à juventude,
de Bruno Giorgi,
pátio do Palácio
Gustavo Capanema
Rio de Janeiro – RJ
Foto: Roberto Castelo



O papel do educador como agente de transformação — uma visão crítica

ARNALDO NISKIER

*Na maior parte da história humana, um trabalhador
habilidoso apreendia o que precisava quando sua
aprendizagem terminava aos 18 ou 19 anos. Isso não
acontece com o moderno trabalhador-do-conhecimento.*

Peter Druker

Por que falta entusiasmo nos cursos de formação de professores? E por que eles são os últimos onde ocorrem mudanças fundamentais? São duas questões preliminares que devem ser logo mencionadas, para embasar o nosso raciocínio crítico.

Texto de Aula
Magna proferida na
UniFMU, em São
Paulo. A obra de
Arnaldo Niskier,
professor, educador,
conferencista, chega
a uma centena de
títulos, sobre Edu-
cação brasileira,
Filosofia e História
da Educação, Tec-
nologias de Ensino,
obras didáticas e
de literatura
infanto-juvenil.

Em primeiro lugar, o fim das escolas normais foi um baque na educação brasileira. O primeiro sintoma dessa tragédia pedagógica foi a transformação das eficientes Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras em Faculdades de Educação. Houve perda de qualidade. Depois, com a Lei nº 5.692/71, abriu-se caminho para a destruição das tradicionais Escolas Normais, trocadas por nada mais expressivo. E nessa fúria aparentemente transformadora, agora os Institutos de Educação cedem vez aos charmosos Institutos Superiores de Educação, produto da Lei nº 9.394/96, num lamentável exercício periférico de troca de nomes, sem que se alcance o âmage da questão.

Houve em cada mudança um currículo mais atraente? Os salários foram dignificados de acordo com as habilitações alcançadas? Como a resposta é negativa, isso pode explicar a falta de interesse pelos cursos, manifestada sobretudo nas grandes metrópoles. No interior, onde tudo chega mais devagar, ainda as vagas para os cursos de Pedagogia são razoavelmente preenchidas. Mas nas capitais essa passou a ser a última opção de quem deseja, a qualquer custo, um curso superior para fins empregatícios.

Onde está o magistério como sacerdócio? O estímulo à mais importante das profissões segue numa nítida tendência decrescente, sem que se sinta das autoridades oficiais qualquer esforço mais sério no sentido de estancar o processo — e revertê-lo rapidamente.

Alguém lembrará que o Conselho Nacional de Educação poderia ter sido mais ágil, na proposição de um novo esquema. Posso testemunhar, depois de quase 50 anos de magistério, que esse esforço vem de muitos anos. Quando assumi a presidência da Câmara de Ensino Superior do antigo Conselho Federal de Educação, recebi expressa recomendação do então presidente Fernando Gay da Fonseca para lidar com as licenciaturas. Foi no ano de 1990. Fiz todo o possível, durante três anos, reuni lideranças de todo o País, mas foi

impossível obter o consenso. Ninguém se entendia. Cada entidade queria levar a formação para um lado. Desisti da tarefa, até hoje inconclusa, depois de várias e inócuas tentativas.

Se o próprio sistema não apresenta uma proposta concreta e harmônica a respeito do que se espera de um curso de magistério, o que aguardar das autoridades enclausuradas em gabinetes refrigerados? E sem o menor conhecimento prático do que se deveria ou poderia fazer numa sala de aula — ou até mesmo fora dela, com o emprego hoje possível de surpreendentes tecnologias educacionais.

A esperança representada pelo Fundef (Fundo de Valorização do Magistério de Ensino Fundamental) se contrapõe às imensas fraudes ocorridas em mais de 500 prefeituras municipais, tirando um pouco da experiência positiva dessa tentativa de amparo ao professorado brasileiro.

~ A Escola precisa mudar

É claro que se pode esperar melhores dias para a formação e o aperfeiçoamento do magistério, com as conseqüentes e naturais repercussões em seus planos de carreira. Os salários terão de ser dignificados, de todo jeito.

O fenômeno que hoje ocorre não se restringe ao ensino público. Na discussão do fracasso escolar entra igualmente a escola particular, onde se registra também uma acentuada perda de qualidade. A pesquisa do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), elaborada pelo MEC, no ano 2000, prova isso, concentrando-se a avaliação em Português e Matemática. Como exemplo, na 4ª série, em Português, nos últimos dois anos, houve uma diminuição de 7,1%, sacrificando a capacidade de compreensão global de pequenos textos, com frases curtas em ordem e temáticas próximas à sua realidade.

A queda da rede particular de ensino foi mais acentuada na Região Nordeste, mas ocorreu em todas as demais regiões. No caso da rede pública, onde a qualidade igualmente decresceu, a desculpa oficial afirma que ela se deve à expansão das matrículas, em virtude da crise econômica. O aluno seria mais carente e menos preparado para a relação ensino-aprendizagem. Mas como o fenômeno é geral, não distinguindo procedência, como justificar essa falácia? De 97 a 99 a rede particular perdeu quase 3 milhões de alunos para a rede pública, na educação básica.

As questões que hoje preocupam o presidente George W. Bush, que deseja ampla reforma da educação nos Estados Unidos, não são as mesmas enfrentadas pelo Brasil. Por isso, proclamar que estamos sendo vítimas de uma crise mundial é, no mínimo, buscar uma resposta fácil para um problema complexo – e que lamentavelmente refere-se muito mais à nossa incompetência para lidar com a questão do que o que poderia ser interpretado como fenômeno global.

Mas é indiscutível que o currículo desinteressante e em geral desligado da realidade pode ser uma parte ponderável da explicação necessária. Aqui e em outras partes. O Conselheiro Francisco Aparecido Cordão, com larga experiência no Senac, afirmou enfaticamente que “a escola precisa ser outra. Ela hoje compete com outros meios de informação mais interativos e interessantes para as crianças e os jovens do que as tradicionais aulas expositivas de um professor”. Aí está uma razão essencial para o desinteresse universalizado.

O professor Roberto Dornas tem pensamento bem próximo e que se identifica bastante com o nosso: “A escola tem de mudar. Se os seus diretores ainda acharem que é apenas fonte de conhecimento, ficará cada vez mais difícil disputar a atenção do aluno com outras fontes de informação, como a TV e o computador.” Surge, assim, a necessidade de dar ao professor os conhecimentos necessários para que ele trabalhe essa falta de interesse. As escolas devem tor-

nar-se muito mais atrativas para os alunos. Precisam contar com professores estimulados.

~ Novas leis, novos problemas

Desde 1996 temos uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Demorou quase cinco anos para que o Congresso aprovasse o Plano Nacional de Educação, prazo que naturalmente consideramos inconcebível. O que acontece com esses instrumentos legais é que eles trazem mais dúvidas do que certezas, na aplicação do seu conteúdo. Veja-se o caso da educação à distância, que era uma inovação de primeira. Na prática, pouco saiu do chão, com uma tímida e assustada política oficial. Há receio de facilitário pedagógico. As autoridades têm medo de passar à história como responsáveis pelo atraso na formação e aperfeiçoamento dos professores e especialistas brasileiros.

Vivemos uma fase, mesmo com as esperanças da chegada do novo século, em que prevalece uma clara defasagem educacional e tecnológica dos sistemas de ensino. Colocar telefone em 13 mil escolas públicas de ensino técnico é ainda pouco, se hoje dispomos de 8 milhões de alunos nesse nível. Como chegarão esses jovens ao ensino superior, que logo poderá estar com 5 milhões de estudantes? E com o compromisso de uma educação de qualidade, em virtude da competitividade universalizada.

Se não houver um forte apoio oficial, ficará difícil superar a defasagem educacional e tecnológica, de que depende a qualidade do ensino, a nosso ver a preocupação nº 1 dos que desejam modificar a atual realidade. Há uma nítida deterioração, um certo desinteresse dos professores, sobretudo nos dois últimos anos. Isso é concreto, não precisa ser gênio para perceber.

A esperança reside na capacidade de resistência dos professores, na inserção dos jovens que se estão formando, apesar das dificuldades, e na cobrança enérgica de providências oficiais. A formação e o aperfeiçoamento dos professores, com a conseqüente remuneração compatível com os padrões de dignidade humana, são providências que não podem mais tardar. Estamos trabalhando com novos alunos e velhos professores, se considerada a mentalidade vigente.

Se é necessário aperfeiçoar a formação, utilizar os recursos da educação à distância nesse processo, não menos relevante – e disso tenho enorme experiência pessoal, pelos quatro anos de comando do sistema da educação do Rio de Janeiro, no período de 79 a 83 – deve-se também conseguir uma forma adequada para facilitar a vida dos diretores de escolas. Eles sistematicamente reclamam da ausência de mínimos recursos financeiros para a assistência às necessidades mais imediatas, como a troca de lâmpadas, o conserto do sistema elétrico, ou mesmo a limpeza dos banheiros. Qual é o estudante que se sente feliz, na frequência a uma escola precária e mal cheirosa? A equação perversa hoje vivida é a seguinte: chegam mais alunos e a existência de recursos diminui. Quando se “badala” a informatização completa das escolas, diante desse quadro lamentável, não há como acreditar, sem modificações estruturais, acontecer isso, em prazo curto.

~ De graça é muito caro

É importante valorizar em classe o gosto pela leitura? Nem se discute. Quando uma minissérie como *Os Maias*, da Rede Globo, mostra o estilo de Eça de Queirós, com toda a riqueza vocabular em estado puro, presta-se um serviço à educação.

Para alguns especialistas, no entanto, a televisão, o cinema, os videogames e os computadores tornaram-se inimigos do hábito de

uma boa leitura. A ser verdade, não se teria como explicar o aumento na venda de livros, em países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos. Ainda não dominamos a intercomplementaridade desses elementos. A TV pode estimular, excitar, o alunado para a descoberta da importância, em termos de sedimentação cultural, do acesso aos bons livros. É outro papel de relevo do Governo, que não faz isso. Qual o jovem, mesmo da sacrificada classe média, que tem 30 reais para comprar *Os Maias* – e assim acompanhar adequadamente o que a telenovela mostra, com o esplendor do que pode, quando quer, a mídia eletrônica?

Por essas e outras, com a incompreensão dos tempos que estamos vivendo, há um certo enfado dos jovens em relação aos cursos tradicionais – os mesmos há décadas. Mesmo nas escolas oficiais gratuitas, registra-se uma evasão escolar de cerca de 30%. Os alunos deixam os cursos, mesmo quando são de graça, embora custem caro ao bolso do contribuinte. A desculpa dos apressados é de que eles precisam entrar rapidamente no mercado de trabalho, mas essa não é a verdade completa. Querem cursos mais atraentes, mais curtos, mais bem dados, com recursos tecnológicos de primeira – essa é a realidade, a que se pode agregar a vontade irrevelada de renovação. O fenômeno pode muito bem explicar o sucesso que hoje fazem, em algumas cidades brasileiras, os cursos vinculados a Institutos Politécnicos, acessíveis e rápidos, na trajetória para o mercado de trabalho.

Temos cerca de 1.000 instituições de nível superior no Brasil, nas quais se pode assinalar hoje a existência de apenas 39 cursos pioneiros (áreas de biotecnologia, informática, etc.). Não é difícil encontrar a existência em São Paulo, por exemplo, de cursos de quiropraxia, engenharia de informações, terapias alternativas, ciências aeronáuticas, tecnologia de madeira, telecomunicações, webmaster, etc. Todos com bom acesso ao emprego.

Como se tornou moda decantar os números da educação brasileira, vale o registro do que está acontecendo, deixando um pouco de

lado o nosso principal desafio, que é a qualidade. O Brasil tem 7,7% dos jovens entre 20 e 24 anos freqüentando o ensino superior. Na Argentina, o percentual é de 39% e no Chile, 27%. Nos Estados Unidos, 80%. Para chegar perto somente da Argentina, precisaríamos criar mais 6 milhões de novas vagas. Como comandar esse processo, com a prevalência da burocracia oficial? A própria autonomia universitária padece de uma política restritiva, o que sinceramente não colabora em nada para que possamos crescer – e com padrões qualitativos de Primeiro Mundo. Fazer por fazer não leva a nada.

~ A aposta no conhecimento

Países desenvolvidos que não se encontram felizes com os rumos da sua educação tomam providências imediatas. Foi assim nos Estados Unidos quando o Japão emergiu como principal “tigre asiático”. Agora, há de novo um clima de insatisfação, coincidindo com a posse do novo Presidente Bush. Mesmo assim, como afirmou o pensador Peter Drucker, a educação abocanha parte importante do Produto Nacional Bruto norte-americano. Os Estados Unidos gastam anualmente cerca de 1 trilhão de dólares em educação e treinamento. Seus líderes ainda acham pouco.

A preferência não será pelas escolas tradicionais, mas pela educação continuada de adultos. É aí que entra com força o chamado ensino *online*. São pessoas com mais de 40 anos que voltam a estudar, convencidas de que precisam modificar a forma de ver as coisas, além das suas competências. É assim que se compreende a verdade de que a aprendizagem deve ser por toda a vida, justificando-se os programas de *reimersão*, hoje fazendo grande sucesso.

Atualmente, nos Estados Unidos, 20% dos trabalhadores operam manualmente. Os outros 80% são trabalhadores-do-

conhecimento, daí a necessidade da educação continuada, muito pouco presente nos cursos de formação de professores do nosso país. A Internet representa uma alternativa de primeira qualidade, pois os alunos podem reunir-se em pequenos grupos, antes ou após o trabalho, para se beneficiar de um processo de aprendizagem via satélite.

A interatividade da educação *online* tem representado uma vantagem sobre a sala de aula típica, sem que se pense em substituir o que é impossível: a educação tradicional. Trata-se de um ganho de acréscimos e aperfeiçoamentos, não de substituição, como temem muitos mestres pouco avisados. Mas o setor cresce e, por isso, existem hoje 90 mil cursos nos Estados Unidos, com faculdades e universidades proporcionando alguma forma de educação à distância. É um negócio que representa uma perspectiva de bilhões de dólares, para países como os Estados Unidos e a Inglaterra. As empresas que buscam uma educação de qualidade estão dispostas a pagar por isso. Não existe ainda facilidade para a distribuição de diplomas, mas Drucker afirma que logo a sociedade sucumbirá a isso.

Enquanto se pode estimar o futuro, nas grandes nações, cada vez mais beneficiadas pela propagação da globalização, para nós não resta outra alternativa que não seja a adesão completa à prioridade educacional. A formação de professores e o seu treinamento constante gozam de absoluta prioridade, devendo entusiasmar os que se encontram sacrificados pelo desânimo. Se o futuro aponta para a Sociedade do Conhecimento, não podemos estar fora disso.

~ Conclusões

Com a larga experiência de magistério, sobretudo na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vinculado que sempre fui à sua Faculdade de Educação, sugiro o seguinte elenco de conclusões:

1. Levar os professores a entender a sua “nova” missão de educadores com as modificações que o mundo atual obriga.
2. É preciso repensar a máxima didática ensino/aprendizagem, que acompanha a educação há longas décadas.
3. O professor precisa entender que o aluno é um ser que pensa, critica e analisa, portanto participante do processo de aprendizagem e não um mero espectador passivo.
4. É urgente a necessidade de reestruturação dos cursos de Pedagogia.
5. Institutos Superiores de Educação, como preconiza a LDB, deveriam ser instalados nas universidades públicas e particulares, para compensar, com qualidade, a necessidade de recursos humanos.
6. O professor deve ser preparado para tornar-se também um pesquisador, dando corpo à existência de uma pedagogia brasileira.
7. Deve-se dar ênfase à formação crítica de professores e especialistas.
8. Bacharelado (formação específica) e licenciatura (formação docente) são parte de um mesmo processo, integrado, que não pode ser confundido com o aligeiramento da formação docente, previsto nos Institutos Superiores de Educação.
9. Mestres produtores do conhecimento nascem nas universidades e em nenhum outro *locus*.

I0. O Brasil dispõe de 1,6 milhão de professores no ensino fundamental e tem hoje necessidade de mais 600 mil, inclusive para evitar os leigos, que são numerosos. Pode-se formar e treinar essa gente com o emprego da educação à distância, como se faz em numerosos países desenvolvidos.

II. Como mercado de trabalho, é preciso abrir concursos de magistério para as universidades públicas, hoje cheias de “substitutos”.

I2. Devem ser elaborados cursos específicos de apoio ao diretor da escola, como gestão participativa, planejamento, supervisão, etc.

I3. O processo de avaliação da escola é fundamental, abrangendo alunos, professores e a instituição propriamente dita. Seria bom que a avaliação fosse permanente, nela envolvendo a participação da comunidade em que se encontra inserida.

Mario de Andrade

*PAULICEA
DESVAIRADA*

Paulicéia desvairada
Mario de Andrade, 1922.

A crise modernista e a Semana de Arte Moderna

JOÃO DE SCANTIMBURGO

A Semana de Arte Moderna foi envolvida há anos em clima de paixão. Atraída à confusa, imprópria e eletrizada área da ideologia, acabou sendo fartamente explorada pelas correntes, genericamente classificadas como esquerdistas. De seus versos e sua prosa, uns bons, outros sofríveis, ficaram poucas amostras. Na sua origem, a Semana teve, ao que parece, uma finalidade: a de sacudir, com gargalhadas estrepitosas, piadas ferinas, versos caóticos, discursos mal escritos, o torpor provinciano da pequena elite econômica da cidade de cerca de quinhentos mil habitantes. Se ainda hoje, apesar de suas dimensões megalopolitanas, São Paulo mais se assemelha a um bazar do que a uma grande e adiantada metrópole, pode-se imaginar o que era no início da década de 20. Cuidavam das fábricas alguns industriais não assimilados, ainda, pelos paulistas de nomes portugueses, com antepassados entre os brasões do castelo de Cintra ou da

João de Scantimburgo é jornalista, ensaísta, historiador, autor de *Tratado geral do Brasil*, *Introdução à filosofia de Maurice Blondel*, *Os paulistas*, *Memórias da Pensão Humaitá* (lembranças da casa do historiador Yan de Almeida Prado), *Eça de Queiroz e a tradição*.

genealogia de Silva Leme. Fazendeiros, como os Prados, cogitavam de política e café, dois mananciais da fortuna, em país onde o Estado sempre foi todo-poderoso, e onde o café constituiu, até há poucos anos, a principal riqueza econômica da nação. Os comerciantes quase nada contavam. Proprietários urbanos, residentes na Avenida Paulista e adjacências, recebiam para chás, almoços e jantares os amigos, sempre os mesmos, segundo os memorialistas da época. As damas da sociedade participavam pouco da vida cultural, senão no estritamente mundano. Nessa época, D. Olívia Guedes Penteado abriu o seu salão, réplica provinciana dos salões franceses de Saint-Germain des Prés, do Faubourg Saint-Honoré, da Rue de Rivoli, do Boulevard Hausmann e outros lugares do parisianismo, sempre tentadoramente sedutor.

Importávamos praticamente tudo, e assim como os paulistas consumiam vinhos de Bordeaux, *foie gras* de Strasbourg, vestiam camisas do Doucet, lembravam-se do Café de la Paix, de L'Ópera, do Bois de Boulogne com nostalgia de quem ansiava por voltar para lá, e gozar as delícias dos lucros acumulados no Brasil, também importávamos cultura. Éramos, desde a Renascença, um prolongamento transatlântico da velha Europa, mais circunscritamente, no início do século XX, da França, essa formidável e atraente dama, que subjugou o mundo durante alguns séculos. Todos, na sociedade paulistana, eram francófilos. Na guerra de 1914-18, as explosões de antigermanismo foram tamanhas que parecíamos e, sob muitos aspectos, éramos, parte do império colonial francês. Basta consultar os jornais da época para se ter a medida da ascendência francesa sobre o Brasil e, no que nos interessa, sobre os paulistas.

A prosa já havia tido Machado de Assis, inovador de gênio, ático no escrever, tão parcimonioso que nunca esbanjou palavras. Outro mulato de talento, Lima Barreto, abria janelas para o romance social. Aluísio Azevedo, também mulato, lança-se no realismo tão cru

quanto o de Zola. A renovação caminhava. Mas, com a guerra, pouco se havia criado que merecesse a duradoura honra das estantes. Bilac, até o fim da vida, que coincidiu com o fim da guerra, a mais estúpida dessa imensa estupidez que é a guerra, exerceu uma espécie de chefatura intelectual. Mas esse era um poeta lecomtedelisleano, heradiano, marmóreo, que, na sua profissão de fé, prometia.

Inda, ao cair, vibrando a lança
Em prol do Estilo!

Embora tivesse animado com o seu verbo, o seu prestígio, a Liga Nacionalista, o embrião de todos os nacionalismos que envolveram o povo brasileiro nas décadas de 20 e 30. Sob esse aspecto Bilac era, portanto, modernista, embora na arte poética ainda se conservasse fiel aos cânones do passado, de seus queridos poetas franceses, que lhe fecundaram a inspiração.

Os movimentos políticos, a filosofia hegeliana, triunfante no fim do século, o idealismo alemão, o diletantismo, o racionalismo, o positivismo, estendendo o seu manto sobre a cultura ocidental, o marx-engelianismo, rebentos da árvore hegeliana, a política burguesa da era vitoriana, a ascensão do pragmatismo de Peirce, matriz do pragmatismo de James, as reações de Bergson e Blondel, a encíclica *Pascendi*, a crise modernista, abalando as colunas da Igreja, tudo somado iria engendrar o movimento modernista, que nasceu na Itália, mas se mundializou através da França, *maître à penser* do mundo naquela época. Os modernistas não se preocupam com a religião, mas a crise modernista, no seio da Igreja, havia recebido, em 1907, condenação do papa Pio X, com a encíclica *Pascendi dominici gregis*, consagrada às doutrinas modernistas, de *modernistarum doctrinis*. Pio X declarou guerra contra os modernistas, argüidos de agnósticos, fechados, rigorosamente, acentua o pontífice, no círculo

dos fenômenos, ou das coisas que aparecem. Sem terem a faculdade, nem o direito de lhes ultrapassar os limites, para chegarem até Deus. A encíclica restringiu-se, portanto, aos modernismos teológico e filosófico.¹ Mas, passar das áreas teológica e filosófica para outras do pensamento foi um passo. O Modernismo não ficaria restrito aos teólogos e filósofos pouco lidos. Iria expandir-se, para abarcar o grande público, através da literatura, da pintura, da escultura, do teatro, da música. Estava em marcha há anos o impacto modernista contra o pensamento cristão: Pio IX já havia dado o *Syllabus*, anatemizando os erros modernos. Leão XIII ocupara-se das “coisas novas”, mas ficara cautelosamente na posição antimodernista. Essa era a posição da Igreja. O Modernismo vinha da influência do idealismo alemão sobre o pensamento ocidental. Temos dito e repetido que verdade e erro se entrecruzam, combatendo-se, não raro saindo vencedor, sobretudo com o Modernismo, o erro contra a verdade. Se em nossos dias o choque entre a verdade e o erro — e as verdades e os erros já não impressionam senão no campo político-ideológico —, no fim do século XIX e início do XX provocam inúmeras polêmicas, e no estrito campo teológico-filosófico, a intervenção corajosa e oportuna de Pio X.

Émile Bréhier ligou a agitação daquele período ao movimento romântico. “Como ele, é rico e confuso; como ele, dá origem a obras de notabilíssima beleza literária e como ele, também, se presta frequentemente à falta de sinceridade ou ao charlatanismo; cai-se facilmente no perigo de unir a filosofia aos interesses de grupo: Igreja, nação ou classe, e transformar a busca da verdade em meio de defesa ou ataque.”² Seria longo remontar às origens da crise do mundo moderno, da qual o Modernismo nas artes é um dos capítulos, não de menor importância, por ter abarcado a maior parcela de público no Ocidente europeu e, por via de repercussão, na América. Confirma-se nas origens do Modernismo e seu desenvolvimento a tese que

1. Claude Tresmontant, *La Crise moderniste*, Paris, Seuil, 1979, p. 221 e ss. Au coeur de la crise moderniste, cartas de Maurice Blondel e outros. Paris, Aubier, 1960, passim.

2. Émile Bréhier, *Historia de la filosofía*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, II, p. 852.

venho, reiteradamente, defendendo, a da implicação das idéias, umas nas outras, e a longa herança dos erros, todos concatenados, estuando no século XX com força impetuosa.

Inicialmente, o Modernismo preocupou apenas a Igreja docente. O subjetivismo gnoseológico de Kant e as derivações que se lhe seguiram, o idealismo transcendental de Fichte, Schelling e Hegel, até o irracionalismo fideístico de Jacobi, Fries e Schleiermacher, o que vemos é o antigo Realismo derivar para o individualismo exacerbado.³ Quando irrompe na Alemanha o Romantismo, e também na França, pela batalha do *Hernani*, era a exaltação do eu e o narcisismo individualista que se punham em curso, para, afinal, reboarem no santuário da fé, onde foram condenados pela encíclica *Pascendi*, de 7 de setembro de 1907. Da *Aufklärung* racionalista ao subjetivismo modernista o roteiro completa-se, por desvios ou derivações. O Romantismo operou a grande transformação do século XIX, sobre os destroços da tradição, que a Revolução Francesa abalara até às profundezas. É o encadeamento das idéias acima mencionado.

Pode revestir a capa do ridículo o que digo. Fazer o Modernismo brasileiro mergulhar as suas origens na Prússia de Frederico II é exagerado, mas quem estuda a fonte das idéias e o rumo que tomaram, não deve ficar preso a situações de espaço e tempo. Temos de ir longe, poderíamos ir, mesmo, ainda mais longe,⁴ mas fiquemos por aqui, no encontro do indivíduo consigo mesmo. Era preciso ignorar o passado, romper com as tradições, e, começando tudo de novo, emancipar o indivíduo de rançosos compromissos. O Modernismo em arte veio a ser uma das expressões da revolução que sacode o mundo, do século passado aos nossos dias, e continuará no mesmo itinerário pelo futuro afora, porquanto hoje está incorporado até a correntes espirituais de forte e densa fé na imortalidade de alma e na onipotência de Deus. Mas nas suas origens, no seu desenvolvimento, no seu apogeu, em fins do século XIX e início do século XX, o Mo-

3. Cornélio Fabro, verbete “Modernismo”, in *Enciclopédia Cattolica*. Florença, G.C. Saussoni, 1952.

4. Robert Legros, *Le jeune Hegel de la naissance de la pensée romantique*. Bruxelas, Onsia, 1980, p. 87 e ss.

modernismo constituía — e até hoje não o perdeu — um compromisso assumido com o futuro que hoje já é pós-modernismo. Rompeu com o real, desvencilhou o indivíduo de qualquer submissão à verdade absoluta; o relativismo passou a ser a regra definitiva em filosofia; a liberdade, sem os entraves naturais que lhe são opostos em todas as sociedades humanas, impôs-se como o cânone supremo na arte. Daí ao Estado forte foi um passo. Ao individualismo atomizado se opõe o totalitarismo. É o fenómeno do nosso século, como não o conheceram as idades passadas. Estamos de acordo com Maritain, quando diz que a “poesia moderna não deve ser julgada e compreendida na perspectiva da estética clássica e da mera literatura. É preciso distanciar-se,” e Maritain cita Mallarmé, precursor do Modernismo francês e mundial, quando o poeta fala de sua luta contra Deus.⁵ Deve-se, pois, julgá-lo antes na perspectiva da subversão revolucionária que se infiltrou na civilização e na cultura do mundo moderno, ao parecer, sem paradeiro. Quando o Modernismo se espalhou, conduziu, no seu movimento, o imanentismo, sob cujo signo nasceu. Não havia mais regras a obedecer. Não havia mais padrões aos quais ficar circunscrito. O individualismo tornou-se livre de restrições e cada invenção, chamada, circunstancialmente, experiência, uma das manifestações de liberdade, ou do que era entendido como liberdade. Quando Flávio de Carvalho entrou, ostensivamente, de chapéu na cabeça numa procissão, e quase foi linchado, estava fazendo uma ‘experiência’, uma das modalidades do ateísmo modernista.

Toda esta introdução foi elaborada para chegarmos ao Modernismo brasileiro, inicialmente chamado Futurismo. Evidentemente, os modernistas paulistas não eram versados em filosofia. Não haviam mergulhado nos abismos do pensamento, de onde se volta com os pré-socráticos, Platão, Aristóteles, Plotino, Sêneca, Sto. Agostinho, Santo Tomás, Descartes, Kant, Hegel e toda a descendência filosófica desses cumes da sabedoria. Espírito irrequieto, Oswald de

5. Jacques Maritain, *Creative intuition in art and poetry*. Pantheon Books, p. 177 e ss.

Andrade, que era rico, ao menos para a época, foi a Paris, visitou Roma e outras cidades ilustres. “Regressando da Europa, em 1912, Oswald de Andrade fazia-se o primeiro importador do ‘futurismo’, de que tivera apenas notícia no Velho Mundo.” “O Manifesto Futurista, de Marinetti, anunciando o compromisso da literatura com a nova civilização técnica, pregando o combate ao academismo, guerreando as quinquilharias e os museus e exaltando o culto às ‘palavras em liberdade’ foi-lhe revelado em Paris.”⁶ Seu manifesto era delirante, Marinetti pusera em sua redação todo o ardor peninsular. Era o Manifesto do que Chesterton chamaria de ‘lunático’. Hoje, faz rir, mas, na época, foi tomado a sério. Publicou-o em 20 de fevereiro de 1909 o jornal parisiense *Le Figaro*.

Marinetti mostrava-se impressionado com as conquistas da ciência e da tecnologia. Como bom italiano, estuante de vida, o fundador do Futurismo colocava-se, a nosso ver inconscientemente, na linha da contestação religiosa e filosófica, como procurei demonstrar antes. Vinha iconoclasta, derrubando ídolos, invectivando o passado, desafiando as tradições mais caras de sua pátria e de sua época.

Quem o lê hoje entesta uma enorme ingenuidade, uma pobreza cultural de escandalizar, mas o Manifesto seduziu o jovem, muito jovem brasileiro Oswald de Andrade, e iria ser o ponto de partida do Modernismo paulista, porquanto foi em São Paulo que, efetivamente, teve início o movimento da arte moderna. O título de Marinetti estava certo. O Futurismo foi atitude muitas vezes assumida na História.⁷ Roma também teria de ser o lugar de seu nascimento. Dois anos antes, o papa Pio X havia condenado o modernismo teológico e filosófico. Marinetti lançou, portanto, um desafio ao catolicismo romano. A partir do Manifesto, o movimento ganha corpo. Em 21 de fevereiro de 1913, Giovanni Papini pronunciou discurso no comício futurista do Teatro Constanzi, atacando violentamente a Roma Católica. O grande escritor, que mais tarde seria católico fer-

6. Mário da Silva Brito, *História do Modernismo Brasileiro*. São Paulo, Saraiva, 1958, p. 26.

7. José Ferrater Mora, *El hombre en la encrucijada*. Buenos Aires, Sudamericana, 1952, p. 80 e ss.

voroso, inseria-se, também, como os demais futuristas, no roteiro filosófico, do qual, provavelmente, não ligava o efeito à causa. A partir do regresso de Oswald de Andrade, com o Manifesto Futurista, iria germinar a Semana de Arte Moderna de 1922. Levou dez anos esse processo, período de tempo durante o qual Menotti del Picchia aderiu à idéia, tornando-se o seu maior e mais autorizado propagandista, pelas colunas do *Correio Paulistano*, na época órgão do oficialismo político perrepista. Menotti foi a alma do Futurismo.⁸ Mário de Andrade viria a se tornar o que Menotti chamou o seu papa, já quase em 1922, e, de fato, empolgou a idéia e dominou a Semana, que se inspirou nos futuristas italianos, em Apollinaire, em Cendrars e outros escritores mais ou menos dominados na Europa pela ânsia da inovação, seduzidos que estavam pela demolição política e social do Ocidente, iniciada na guerra.

Depois da Revolução Francesa, a História registrou o bonapartismo, o surto do liberalismo burguês, os movimentos operários, o Manifesto Comunista, o *Syllabus*, as encíclicas *Rerum Novarum*, *Pascendi* e outras, a carnificina de 1914-18, o suicídio da Europa, a desintegração de impérios que pareciam sólidos, a Revolução Russa, a URSS, e a década de 20 com a seqüela de todos os males que as grandes revoluções teológicas e filosóficas engendraram no Ocidente. O Futurismo veio a se encaixar nesse drama. Rompeu com o passado. Os futuristas – como se autodenominavam – de São Paulo também romperam com o passado, zurzindo Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Francisca Júlia, Vicente de Carvalho e quantos com eles se aparentassem nas letras. Louvaram o novo na pintura, escultura, música, literatura, arrasando o passado, com palavras cáusticas. A *Paulicéia desvairada*, evidente exagero ou licença poética de Mário de Andrade, fora um marco. Outros se lhe emparelham na história do Modernismo,⁹ naqueles domínios da cultura. Não faço a história do Modernismo nem da Semana. Essa obra já

8. Mário da Silva Brito, op. cit., passim.

9. P.M. Bardi, *O Modernismo no Brasil*, São Paulo, Sudameris, 1978, passim.

foi realizada pelos autores que citei; deixo-a registrada como um acontecimento paulista, um desses eventos que abalam as colunas dos templos, porquanto conquistam adeptos, graças aos quais se prolongam cronologicamente.

Mário de Andrade, no “Prefácio interessantíssimo”, recusa adesão ao Futurismo de Oswald de Andrade e se confessa passadista. Mas teve o mau gosto de escrever uma “Ode ao burguês”, sem relação alguma com o burguês já fartamente estudado. Leiamos alguns versos do poema de Mário de Andrade:

Eu insulto o burguês! O burguês níquel,
o burguês-burguês!
A digestão bem feita de São Paulo!
o homem-curva! O homem-nádegas!

Quem seria o burguês de Mário de Andrade? Não houve burgueses em São Paulo. Francisco Matarazzo? Um membro das classes médias superiores, nobilitado pelo rei da Itália. Outros italianos? Todos membros das classes médias superiores. Então, que burguês era esse, cantado pelo papa do Modernismo?

Mário de Andrade, que não quis aderir de pronto às novas idéias e até elogiou Bilac, o execrado parnasiano, foi tradicionalista em religião, pois pertenceu, mesmo, a uma irmandade e usou opa.¹⁰ No “Prefácio interessantíssimo” afirmou não querer discípulos. Não os teve. Granjeou multidão de amigos, admiradores, louvadores incondicionais. Cultivou-os muito. Foi o maior epistológrafo do Brasil. Ninguém escreveu tantas cartas, aos mais variados destinatários. Deixou um romance, *Macunaíma*, que merece a perenidade das estantes. É um retrato do Brasil, sobre o qual tudo o que era preciso escrever foi escrito, até com exagero. De 1922 à sua morte, Mário de Andrade

10. Mário da
Silva Brito,
op. cit.

foi considerado o líder do Modernismo, condição que aceitou, embora de início tenha repellido o envolvimento de Oswald de Andrade. Mais lido, mais declamado, mais famoso do que Mário de Andrade, foi Menotti del Picchia. Autor do Manifesto da Semana, procurou as influências italianas, e, embora aderindo entusiasticamente ao Modernismo, não deixou de ser d'annunziano em poesia e romance, e foi lírico no *Juca Mulato*, um dos mais famosos poemas já escritos no Brasil, tão famoso que acabou sendo nome de praça.

O Modernismo paulista foi eclético. Teve pintores, escultores, prosadores, poetas, músicos. Teve até mecenas, como D. Olívia Guedes Penteado, dama rica, flor do patriciado do planalto, afrancesada nos costumes, nos ambientes em que viveu e na sólida francofilia que nunca escondeu. A Semana de Arte Moderna foi trazida de fora. Apollinaire teve cópias, Marinetti, Papini e outros futuristas da Itália e da França passaram pelo decalque, em São Paulo. Nem poderia ser diferente. Os paulistas – e estrangeiros que participaram da Semana – estavam impregnados de influência italiana e francesa. O Modernismo foi cultivado fora de São Paulo, mas firmou-se aqui, “onde o reboliço é mais intenso e as cabeças quentes não descansam”. Na Paulicéia, Menotti empolga o Brasil com *Juca Mulato*, “título inovador e inusitado de uma rapsódia que revela e enuncia um sentido inédito de brasilidade, de permeio a uma mística até então não percebida”.¹¹ A Semana de Arte Moderna continua, oitenta anos depois, a suscitar controvérsias, polêmicas, debates. Há posições radicalizadas que nada consegue demover. Não importa re-censeá-las. O que importa é a ressonância, oito décadas depois, de uma alegre, ruidosa, bulhenta promoção de moços da que, então, se chamava Paulicéia. De 1922 a 2000, quando o repertório das transformações por que passou e passa o Brasil não se esgota, neste reduzido espaço o desenvolvimento industrial mudou a fisionomia da cidade. Em 1922 eram 500 mil habitantes e uma sociedade pequena,

11. P. M. Bardi,
op. cit.

onde todos se conheciam. Em 2000 são 16 milhões, incluindo a Grande São Paulo, com todas as características da megalópole da nomenclatura de Lewis Mumford. Resta da Semana a nostalgia de alguns, a fidelidade à memória de Mário e Oswald de Andrade – que não eram parentes; eram homônimos –, a amizade a Menotti del Picchia e nada mais.

Não julgo a Semana de Arte Moderna. Coloco-a no quadro da vasta, longa, ampla relação entre o Modernismo gerado pelo racionalismo filosófico e pelo individualismo religioso, e esgalhado nos vários ramos da cultura, na arte, nas letras, na música, nos costumes, no agnosticismo, na ruptura do real, na quebra dos cânones morais, em suma, na grande crise do mundo moderno. É um episódio da repercussão desse fenômeno, em São Paulo, que não se deu conta de ser a caixa acústica onde vieram repercutir essas ondas lançadas na Velha Europa, em longínquo passado. Concluo, sem tomar partido, lembrando que os paulistas desvendaram o roteiro do Modernismo no Brasil, constituindo-se na sua vanguarda. Não faço julgamento de valor. Somente a constatação.



José de Alcântara Machado
Acervo do Arquivo da ABL.

Centenário de Alcântara Machado

EVANDRO LINS E SILVA

Foi Alcântara Machado, ao que eu saiba, o único bacharel em Direito que se tornou professor de Medicina Legal da legendaria Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo. Embora ciência ligada ao direito penal, indispensável e de papel essencial nos crimes contra a pessoa, ela sempre foi e ainda é tradicionalmente ocupada por médicos. A Academia Brasileira de Letras teve entre seus membros um dos maiores médicos legistas do Brasil, professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e romancista de grande e justa projeção na história literária do país, o autor de livros que li com deleite na juventude, como *Bugrinha* e *Fruta do mato*. Os legistas, freqüentemente, são levados a escrever sobre problemas de direito e processo penal. Afrânio Peixoto, por exemplo, além de um tratado clássico, em dois volumes, sobre a matéria de sua cadeira, deixou um belo livro — *Novos rumos da Medicina Legal*, abrangendo temas jurídicos sobre investigação de paternidade, casamento e contracepção, endocrinologia e um notável estudo sobre a psicologia do testemunho, de

Advogado, jurista e professor, especializado em Direito Penal, ministro do Supremo Tribunal Federal, Evandro Lins e Silva é autor de numerosos trabalhos de Direito Penal e Processual Penal. Foi presidente, em 1994, da Comissão de elaboração do Anteprojeto de Lei de Reforma da Parte Especial do Código Penal. Atualmente, continua exercendo a advocacia.

que os juízes e advogados sempre se valeram em suas decisões e arrazoados.

Alcântara Machado, por sua vez, tem seu nome ligado ao direito penal, pois o nosso Código de 1940, ainda em vigor, teve como ponto de partida, em sua elaboração, o projeto de sua autoria feito por designação do então ministro da Justiça, Francisco Campos, logo em seguida à instauração da ditadura implantada no país pela Carta de 1937, o chamado Estado Novo. O nosso homenageado, ex-presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado e “um dos mestres mais afamados da *alma mater* de São Paulo”, na frase de Costa e Silva, outro famoso penalista, desincumbiu-se da missão com surpreendente presteza: entregou a parte geral do anteprojeto em maio de 1938 e a parte especial em agosto do mesmo ano.

Publicado, o trabalho foi recebido pela crítica com louvores e restrições, no Brasil e no estrangeiro, como informa Nelson Hungria, em magnífico estudo sobre a “Evolução do Direito Penal Brasileiro nos últimos 25 anos”, publicado em seu livro *Novas questões jurídico-penais*, edição de 1945.

Para que conste nos Anais da Academia, transcrevo as apreciações de juristas estrangeiros sobre o projeto de Alcântara Machado. Del Pozzo, ilustre professor da Universidade de Turim, assim se manifestou:

O projeto oferece vantagens inúmeras, como sejam a regulamentação orgânica do regime de menoridade, a atenuação do dualismo entre penas e medidas de segurança, a sistemática rigorosa, a simplicidade de redação, que mostra à primeira vista não se tratar de um livro de doutrina, e sim de um Código. Não lhe faltam, porém, defeitos, como a sistematização discutível da teoria do delito e o laconismo e as lacunas da parte relativa à imputabilidade.

Jules Simon, conselheiro da Corte de Apelação de Bruxelas, não fez restrições:

O projeto de Código Penal Brasileiro é notável sob numerosos e variados aspectos. Representa mais uma prova brilhante dos progressos imensos realizados pelo direito penal e ciências criminológicas nos países da América Latina, durante estes últimos vinte anos. Os que pretendem reformar o direito penal da Bélgica andariam com acerto lendo o trabalho do prof. Machado.

Irureta Goyena, o notável professor uruguaio, teve igualmente elogios francos:

O projeto do eminente prof. Alcântara Machado nos seduziu desde o princípio pela absoluta transparência de suas fórmulas, por sua insuperável precisão, pela sensatez da palavra empregada e por sua racional sobriedade. O excesso na articulação, a extensão nas fórmulas, o preciosismo acadêmico da linguagem constituem, a meu ver, defeitos positivos que o autor conseguiu evitar com inexcusável maestria e particular acerto... Em suma, e à guisa de síntese e epílogo, cremos não cair no ditirambo, manifestando que o projeto se apresenta digno da nobre tradição jurídica do Brasil, digno da hierarquia do seu autor e digno, finalmente, de um estudo severo, de um manuseio meditado, de uma crítica de alto voo.

De minha parte, quando estava colhendo dados para esta intervenção, encontrei no grande *Tratado de Derecho Penal*, do extraordinário criminalista espanhol Luis Jimenez de Asua, uma apreciação relativamente extensa e elogiosa do projeto Alcântara Machado, achando-o melhor que o projeto argentino (dele contemporâneo) de Euzébio Gomez e Jorge Eduardo Coll, sob o aspecto científico-político-criminal, e com a censura quanto à técnica, pois é a do Código fascista italiano de 1930.

Entre os autores nacionais, Basileu Garcia observa “a larga e precisa colaboração do professor Alcântara Machado, que ligou impecavelmente o seu nome” ao Código Penal de 1940.

Alcântara Machado jamais concordou com as alterações feitas ao seu projeto pela Comissão que o substituiu, composta por Nelson Hungria, Roberto Lyra e Marcelio de Queiroz, com influente colaboração de Costa e Silva. E expôs as suas desinteligências profundas e amargas em artigo que foi publicado no volume VIII, de 1941, na revista *Direito* (que não mais existe) com este título – “Para a História da Reforma Penal Brasileira”, onde escreveu:

Seja como for o Código aí está. É, na substância e na forma, o projeto de minha autoria, amputado de vários dispositivos, transtornado parcialmente na ordenação de certos assuntos, modificado puerilmente na redação de muitos preceitos; mas, apesar dessas e outras manobras artificiais, irrecusável e positivamente reconhecível. Tanto quanto é reconhecível no Código Civil o trabalho insigne de Clóvis Beviláqua.

Essa inconformidade de Alcântara Machado registra a contribuição substancial de seu projeto na feitura do Código Penal de 1940. Isso está nobremente reconhecido por Nelson Hungria, no artigo já citado. Mais do que isso, a “Exposição de Motivos” do Código, assinada pelo Ministro Francisco Campos, mas que é, *sabidamente*, da autoria de Nelson Hungria, não nega a influência do projeto do nosso homenageado na sua elaboração. Aponta divergência de critérios, como, por exemplo, a separação dos crimes e das contravenções, em estatutos diferentes. Nos primeiros trechos da “Exposição”, que é uma das grandes páginas do direito penal brasileiro, na forma e no conteúdo, o nome de Alcântara Machado aparece *cinco vezes*, numa delas reconhecendo:



Inscrição:
*Se seguires os
meus ditames
majestosos / Teus
feitos serão justos
e gloriosos.*
Estanislau Miranda,
Clio. Detalhe de
pano de boca,
1841, Museu de
Diamantina, MG.

Não há dúvida que o projeto Alcântara Machado representava, em relação aos anteriores, um grande passo no sentido da reforma da nossa legislação penal.

Para remate deste adendo ao belo discurso de Ivan Junqueira e às intervenções dos demais confrades,¹ lembro a resposta que Nelson Hungria deu à estranheza de César Salgado quanto à omissão do nome de Alcântara Machado, em congresso realizado no Chile, como um dos artífices do Código. Aí, além de render “profunda admiração à memória de Alcântara”, Hungria informa:

Presentemente, estou coligindo e analisando todos os elementos que retraçam a elaboração do Código de 40: as três publicações feitas por Alcântara Machado, o texto da primitiva edição do projeto revisto, a réplica de Alcântara, a tréplica da comissão revisora e o texto do projeto definitivo. Pelo cotejo desses elementos, se verificará, sem contestação possível, que o *cerne*, o *granito* do projeto definitivo veio do projeto Alcântara.

Nelson Hungria, purista da língua, deu nome e batismo ao projeto Alcântara Machado: “cerne e granito do Código Penal de 1940”.

Direi, concluindo, que Alcântara Machado era um orador facundo e imaginoso, de estilo apurado, manejando o vernáculo com brilho e encantamento para quem o ouvia. O discurso com que aqui saudou a Levi Carneiro, em 1937, é primoroso, e dele citei pequeno trecho no meu discurso de posse na Academia. Ao fazer agora a sua releitura, fiquei outra vez seduzido por seu estro e por sua eloquência. Por seu estilo e por sua cultura. Sem ser hiperbólico, mas por natural associação de idéias, diante do panegírico à vida e à obra do novo acadêmico, criador e primeiro presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, uma das mais prestigiosas e influentes instituições não-governamentais, presente em acontecimentos significativos do País, na defesa dos princípios constitucionais da legalidade,

I. Referência à homenagem prestada a Alcântara Machado, na sessão da Academia Brasileira de Letras de 26 de abril de 2001.

impessoalidade e moralidade da administração pública, a oração de Alcântara Machado me fez lembrar o relato de Vasco da Gama, no verso cantante de Camões:

Da boca do facundo capitão,
Pendendo estavam todos embebidos,
Quando deu fim à longa narração,
Dos altos feitos, grandes e subidos.

Não há hipérbole porque muitos e muitos foram os feitos de Levi Carneiro contados no seu discurso de recepção ao novo acadêmico.

Dessa forma, adiro e subscrevo o belo discurso do nosso ilustre poeta e confrade Ivan Junqueira, na homenagem que a Academia presta a uma de suas grandes figuras: erudito, profundo conhecedor da língua portuguesa e mestre na arte do dizer.

CARTAS
SOBRE A
CONFEDERAÇÃO DOS TAMOYOS
POR IG.

(Publicadas no Diário).

RIO DE JANEIRO

EMPRESA TYPOGRAPHICA NACIONAL DO—DIÁRIO.

RUA DO ROSARIO N. 54.

1856.



José de Alencar e a língua do Brasil

EVANILDO BECHARA

Alencar foi um embevecido da sua terra e um crente contumaz no destino do Brasil. A fidelidade com que procurou transmitir essas crenças ao seu magistério de político e de escritor recompensou-lhe negativamente os esforços, porque, em ambas as missões, praticou a crítica honesta e construtiva e teve como troco os maus críticos, aqueles de que fala em “Bênção paterna”, nos *Sonhos d’ouro*:

Os críticos, deixa-me prevenir-te, são uma casta de gente, que tem a seu cargo desdizer de tudo neste mundo. O dogma da seita é a contrariedade. Como os antigos sofistas, e os reitores da Meia Idade, seus avoengos, deleitam-se em negar a verdade.

Ao meio-dia contestam o sol; à meia-noite impugnam a escuridão. Como Heráclito, choram quando o mundo ri, ou zombam com Demócrito quando a seriedade se lamenta. Dão-se ares de senado romano, com o afã

Professor de Língua Portuguesa e de Filologia Românica na UERJ, na UFF e em outras universidades nacionais e estrangeiras, orientador de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado na Faculdade de Letras da UFRJ, da UERJ, da UFF e da PUC-RJ, e autor de duas dezenas de livros, entre os quais a *Moderna Gramática Portuguesa*, e de artigos publicados em periódicos especializados.

de levantar uns e abaixar outros: *PARCERE SUBJECTIS ET DEBELLARE SUPERBOS*, como disse Virgílio (I, 492).¹

Alencar acreditava e praticava outro tipo de crítica; nessas águas, abalançou-se a expor suas opiniões quanto aos problemas do ofício de escritor, do seu gosto literário e do posicionamento diante do romance brasileiro, nas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. E aí fez crítica à linguagem de Gonçalves de Magalhães:

Há no seu poema um grande abuso de hiatos, e um desalinho de frase, que muitas vezes ofende a eufonia e doçura de nossa língua; tendo encontrado nos seus versos defeitos de estilo e dicção, que um simples escritor de prosa tem todo o cuidado de evitar para não quebrar a harmonia das palavras.

Abra o poema e verá elipses repetidas, sobretudo conjunção (*sic*) **com**; o que não só denota fracos recursos de metrificação, como torna o verso pouco sonoro e cadenciado (IV, 867).

Que a crítica não era meramente impressionista, mas alicerçada em estudo, prova-o a continuação de seus argumentos:

Que Dante na sua *Divina Comédia*, criando ao mesmo tempo um poema e uma nova língua, recorresse a esses expedientes, que alguns antigos poetas portugueses, obrigados pela rima, usassem desse meio de encurtar palavras, compreende-se. Mas em verso solto, e em verso escrito em língua portuguesa tão rica, é inadmissível esse abuso: um poeta brasileiro, um verdadeiro poeta, não tem licença para estropear as palavras, e fazer delas vocábulos ininteligíveis, enfileirados em linhas de onze sílabas (IV, 867).

Além de outras impropriedades de expressão, particularmente comparações em que poderia Magalhães ter posto em evidência a exuberante natureza americana, Alencar critica a frase

— “o índio desliza a vida” — como uma inovação que não julgo bem cabida por ser contra a etimologia da palavra, e por haver na língua portu-
gue-

I. As citações de José de Alencar são feitas segundo *Obra completa da Aguilar* Editora, quatro volumes, 1965.

sa muitas expressões apropriadas. Filinto Elísio inventou na tradução dos Mártires o seu verbo onomatopaico **ciciar** para exprimir o som do vento nas folhas dos canaviais; empregou muitos neologismos, mas não se animou a alterar completamente a significação de uma palavra consagrada pelo uso e costume (IV, 917).

Não poderia faltar a alusão ao galicismo desnecessário maculando a pureza da linguagem:

Em uma das cartas apontei como galicismo o verbo *gostar* no sentido de *beber*, o que na minha opinião é uma frase inteiramente francesa. (...) Ora haverá alguém, por pouco entendido que seja na construção da frase portuguesa, que julgue castiça e pura esta tradução de **goûter**, por *gostar* em lugar de *beber*? O latim tem, é verdade, o verbo **gustare**, donde se derivou o termo *gostar*, mas a significação da palavra tanto latina, como portuguesa não é a mesma que lhe deu o Sr. Magalhães no lugar citado (IV, 919).

A citação se mostra longa, mas é importante para fixar um ponto que, segundo me parece, não foi até aqui posto em evidência pelos estudiosos de Alencar. Os aspectos de linguagem apontados pelo autor de *Iracema*, além dos outros que o amor à síntese não me permite lembrar, como imperfeições no poema de Gonçalves Magalhães, foram os que seus críticos lhe devolveram, em geral injustamente. Assinalar falhas de gramática, de estilo e de metrificação n’*A Confederação dos Tamoios* era o mesmo que atrair para si a sanha de poderosos inimigos que o não deixariam mais em paz, à cata dos mesmos erros de gramática e de estilo.

Confessa-nos Alencar:

Tentando uma vez a árdua missão do crítico, impus-me como um dever de lealdade não fazer censura sem firmá-la com o exemplo do texto. Destarte, a contestação era possível ao autor e a seus amigos; e ela apareceu.

Quisera sofrer a pena de Talião, e ser criticado pela mesma forma por que outrora critiquei *A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS*.

Desta crítica ainda não a tive; pois eu não posso rebaixar-lhe o nome até uma coleção de impertinências que veio a lume há cerca de dois anos, à custa do erário, e nunca me dei ao trabalho de ler, tendo apenas a notícia que os oficiosos nunca deixam transmitir (...).

Entendeu-se nas altas regiões que era boa política vingar no autor os crimes do deputado. (IV, 941-2)

Mesmo por entre elogios ao seu “engenho e conceber inesgotável”,² não faltavam as referências vagas ao pouco conhecimento da língua materna.

A diferença das críticas de Alencar, nas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, consistia em que seus críticos não eram, em geral, explícitos quanto aos erros e imperfeições de linguagem que viam nas obras do escritor cearense. É o próprio Alencar que reclama, em 1865, dessas imputações sem maiores esclarecimentos:

2. Antônio
Henriques Leal.
Lembremo-nos de
que o poema de
Gonçalves de
Magalhães teve o
agasalho do
Imperador Pedro
II, que chegou a
defendê-lo
pessoalmente das
críticas de Alencar.
Mas tudo em vão.
Até Herculano,
consultado pelo
Imperador,
demonstrou não
ter gostado
d'*A Confederação
dos Tamoios*.

Quando saiu à estampa a *Lucíola*, no meio do silêncio profundo com que a acolheu a imprensa da corte, apareceram em uma publicação semanal algumas poucas linhas que davam a notícia do aparecimento do livro, e ao mesmo tempo a de estar ele eivado de galicismo. O crítico não apontava porém uma palavra ou frase das que tinham incorrido em sua censura clássica. Passou. Veio ano depois a *Diva*. Essa, creio que por vir pudicamente vestida, e não fraldada à antiga em simples túnica, foi acolhida em geral com certa deferência e cortesia. Da parte de um escritor distinto e amigo, o Dr. Múzio, chegou a receber finezas próprias de um cavalheiro a uma dama; entretanto não se pôde ele esquivar de lhe dizer com delicadeza que tinha ressaibos das modas parisienses. Segunda vez a censura de galicismo, e dessa vez um crítico excessivamente generoso, que, se alguma preocupação nutria, era toda em favor do autor do livro. Desejei tirar a limpo a questão, que por certo havia de interessar a todos que se ocupam das letras pá-

trias. O distinto escritor, solicitado em amizade, capitularia os pontos da censura. Se em minha consciência os achasse verdadeiros, seria pronto em corrigir meus erros; senão, produziria a defesa, e não fora condenado sem audiência. Muitas e várias razões me arredaram então daquele propósito; a atualidade da questão passou; eu correria o risco de não ser lido saindo a público para discutir a crítica antiga de uma obra talvez já submergida pela constante aluvião de fatos que ocupam o espírito público. Ao dar à estampa esta segunda edição da *Diva*, pareceu-me azado o momento para escrever as observações que aí ficam, pelas quais deseja o autor ser julgado em matéria de estilo quando publique algum outro volume. Não basta acoimarem sua frase do galicismo; será conveniente que a designem e expendam as razões e fundamentos da censura. Compromete-se o autor, em retribuição desse favor da crítica, a rejeitar de sua obra como erro toda aquela palavra ou frase que não se recomende pela utilidade ou beleza, a par da sua afinidade com a língua portuguesa e de sua correspondência com os usos e costumes da atualidade; porque são estas condições que constituem o verdadeiro *classismo*, e não o simples fato de achar-se a locução escrita em algum dos velhos autores portugueses (I, 561-2).

Este culto à língua como instrumento e veículo eficiente da obra literária era uma constante preocupação de Alencar, e essas palavras escritas em agosto de 1865 ratificam as de agosto de 1856, nas *Cartas sobre A Confederação dos Tamoios*:

Assim pois, todo o homem, orador, escritor, ou poeta, todo o homem que usa a palavra, não como um meio de comunicar as suas idéias, mas como instrumento de trabalho; todo aquele que fala ou escreve, não por uma necessidade da vida, mas sim para cumprir uma alta missão social; todo aquele que faz da linguagem não um prazer, mas uma bela e nobre profissão, deve estudar e conhecer a fundo a força e os recursos desse elemento de sua atividade. (...)

O mestre, o magistrado, o padre, o historiador, no exercício do seu respeitável sacerdócio da inteligência, da justiça, da religião e da humanidade, devem fazer da palavra uma ciência; mas o poeta e o orador devem ser artistas, e estudar no vocabulário humano todos os seus segredos mais íntimos, como o músico que estuda as mais ligeiras vibrações das cordas do seu instrumento, como o pintor que estuda todos os efeitos da luz nos claros e escuros (IV, 889-90).

Se percorrermos as críticas feitas à língua em que Alencar escreveu seus livros, notaremos que os vícios apontados nas *Cartas sobre A Confederação dos Tamoios* procuram também ser imputados ao notável cearense. Só que eles em geral aparecem sem o tratamento demorado, sem a explicação do fato e, quase sempre, desprovidos de razão. Não é este o momento próprio de fazê-lo, de rastrear os erros de língua – reais e supostos – que foram atribuídos a Alencar nas condenações de Antônio Henriques Leal (nas *Locubrações*), de José Feliciano de Castilho – o Lúcio Quinto Cincinato, e Franklin Távora – o Semprônio (nas *Questões do Dia*), pois que sobre muitos desses erros já se manifestaram, em defesa do escritor brasileiro, o próprio Alencar, Batista Caetano (nos *Rascunhos sobre a gramática da língua portuguesa* – Rio, 1881), José Oiticica (1944), Gladstone Chaves de Melo (1948), Cândido Jucá (filho) (1949), Cavalcante Proença (1959), para só citar os mais importantes estudos no tocante às questões de fatos de língua.

Esses livros apenas abrem o grande campo de pesquisa na obra alencariana, não só quanto ao aproveitamento do filão clássico português mas ainda no que diz respeito ao trabalho artesanal com que o escritor pretendeu enriquecer a língua literária em uso no Brasil de sua época.

Longe de nós o intuito de apresentar Alencar como lingüista seguro ou gramático competente; mas a verdade é que estudou os bons autores da época, penetrou-lhes o pensamento e extraiu deles uma

CURSO DE ALTOS ESTUDOS
COLÉGIO PEDRO II
VOL. I

A GRAMÁTICA DE JOSÉ DE ALENCAR

CANDIDO JUCÁ (filho)
Catedrático do Colégio Pedro II



Rio de Janeiro
1966

série de conclusões pertinentes para as concepções sobre linguagem, língua, gramática, estilo, metrificação e, principalmente, sobre a missão consolidadora do bom escritor, capaz de promover e acelerar a simbiose da verdadeira tradição clássica e das reais necessidades de progresso lingüístico. Nesta obra, o escritor cearense joeira com inteligência os arcaísmos, promove com bom senso os neologismos e estrangeirismos e extrai com originalidade novas expressões da antiga prata da casa.

Um estudo atento dos procedimentos artesanais de Alencar revelar-nos-ia que, de modo geral, suas inovações têm eco nas propostas dos escritores que, antes dele, tinham a mesma consciência do papel do literato. Muitos dos seus pretensos erros se prendem a procedimentos lingüísticos renascentistas e arcadistas, buscados por outros escritores preocupados com a riqueza do idioma, como Filinto Elísio.

Destarte, podemos afirmar que as várias vezes em que Alencar se pronunciou sobre seus conhecimentos e preocupações com o idioma, traduzem uma realidade facilmente comprovada através das páginas de sua extensa produção política e literária.

Por isso, são profundamente injustas acusações como a de Henriques Leal acerca do nosso romancista:

É pena que talento tão superior não se aplique ao estudo da língua, com mais interesse e sem prevenções. Porém, quanto a sua linguagem e estilo são descuidados e por vezes desiguais e frouxos.

Alencar, em carta aos redatores da revista *Lusa*, datada de 20 de novembro de 1874, pronuncia-se desta maneira:

Nós os brasileiros temos descurado inteiramente o máximo assunto da nacionalidade de nossa literatura; e por uma timidez censurável nos deixamos governar pela férula do pedagogismo português que pretende o mono-

pólio da ciência e polimento de nossa língua (...) Somos nós, é o Brasil quem deve fazer a lei sobre a sua língua, o seu gosto, a sua arte e a sua literatura. Essa autonomia, *que não exclui a lição dos mestres antigos e modernos*, é não só um direito, mas sim um dever.

É a tecla em que anos mais tarde bateria Machado de Assis.

Antes de mais nada, cabe aqui lembrar uma série de antecipações pelas quais Alencar procurou justificar alguns dos seus usos lingüísticos e que, posteriormente, os estudos superiores vieram confirmar como situados num caminho científico.

Assim, antes que os lingüistas viessem esclarecer a importância da entoação frasal, do ritmo, como elemento importante para a disposição dos termos oracionais — no caso de Alencar, para a posição do pronome pessoal oblíquo átono nas imediações do verbo —, o escritor cearense já tinha trazido à baila o problema no *Pós-escrito de Iracema*, em 1870, ao pronunciar-se nestes termos:

Há casos em que a eufonia pede a anteposição do pronome, como **se recolhem só** para evitar o sibilo desagradável de **se só**. Outras vezes não é a cacofonia, mas o acento tônico que determina a colocação da partícula, conforme o ritmo da frase exige o repouso antes e depois. Nesta frase, por exemplo: **Tu não me sabes querer**, o rigor da ordem gramatical exigiria **tu não sabes querer-me**; mas a frase não seria tão cadente e expressiva (III, 316-7).

Em língua portuguesa, a estreita relação entre o ritmo frasal e colocação dos termos oracionais só viria a ser pela primeira vez enunciada na obra pioneira de Said Ali, em artigos publicados na *Revista Brasileira*, em 1895 (vinte e cinco anos depois!) e, a seguir, enriquecidos, numa das mais profundas obras que já se escreveram sobre nosso idioma, *Dificuldades da língua portuguesa*. Com base em então recentes livros europeus sobre entoação frasal, mestre Said Ali con-

cluiu suas pesquisas de colocação de pronomes com essas ponderações que poderiam ser tranqüilamente assinadas por Alencar, pois que ele já as tinha intuído de maneira menos técnica, mas na mesma linha de pensamento:

A nossa maneira fantasista (como alguns lhe chamam) de colocar os pronomes, forçosamente diversa da de Portugal, não é errônea, salvo se a gramática, depois de anunciar que observa e registra fatos, depois de reconhecer que os fenômenos lingüísticos têm o seu histórico, a sua evolução, ainda se julga com o direito de atirar, ciosa e receosa da mutabilidade, por cima de nosso idioma, a túnica de Néssus das regras arbitrárias e inflexíveis.

As línguas alteram-se com a mudança de meio; e o nosso modo de falar diverge e há de divergir, em muitos pontos, da linguagem lusitana. Muitas são as diferenças atuais, que passam despercebidas por não haver um estudo feito neste sentido. Não é o caso para eternamente nos julgarmos inferiores aos nossos “maiores”. De raciocínio em raciocínio chegaríamos ao absurdo de considerar extraordinário conhecedor da nossa língua, e mais profundo do que o mais culto brasileiro, o camponês analfabeto que, tendo tido a fortuna de nascer na Beira ou em Trás-os-Montes, pronuncia átonos os pronomes e, conseqüentemente, os coloca bem à portuguesa.

A verdadeira conclusão científica não pode ser senão esta: em Portugal é certa a colocação peculiar dos pronomes por ser de uso geral; no Brasil também é certo o nosso modo de empregar os pronomes por ser igualmente de uso geral. (5ª ed., p. 53).

Como é diferente esta maneira de ver o problema da colocação de pronomes átonos das idéias que aparecem ainda na polêmica Rui Barbosa-Carneiro Ribeiro, em 1902, e que, passando por Cândido de Figueiredo, até hoje veiculam em artigos e compêndios destinados a ensinar a nossa língua! Depois de cem anos, Alencar se nos afigura de uma atualidade que impressiona.

Outro ponto em que o escritor cearense nos espanta pela visão correta e antecipadora é no que diz respeito ao galicismo e ao estrangeirismo em geral. Nas cartas sobre *A Confederação dos Tamoios* reclamou do galicismo inútil, tradução servil do francês em detrimento do correspondente vernáculo, ainda expressivo.

Esse o galicismo a ser evitado; mas existe aquele saído do empréstimo cultural, do contato entre povos, do centro irradiador de progresso. Esse merece o agasalho do escritor e pode vir a receber o beneplácito do povo e consubstanciar-se no uso. Por isso, comenta acertadamente Alencar, em 1874, nas páginas da *Questão filológica*:

Quando Virgílio escreveu seus imortais poemas, imitou dos gregos muitas locuções elegantes, como atualmente fazemos, eu e alguns escritores brasileiros, dos escritores da França, que é nossa Ática moderna.

Entre inúmeras recordo-me das seguintes que vi anotados por **Servius**: *Navigat equor* – Eneida I, v. 71; *Terram, mare, sidera juro*, XII, v. 197; *Intonuere poli* – I, v. 94; *Tytida debuit ponere* – I, v. 101. Todas estas frases são puros gregismos, que arrepiam a pele não só aos gramatistas, como aos gramáticos do tempo. Mais tarde porém, com a voga do poema, tornaram-se latinismos, e contaram-se entre as flores mais graciosas da poesia romana (IV, p. 943).

Na “Bênção paterna”, introdutória aos *Sonhos d'ouro*, em 1872, ressaltava a relação entre o cosmopolitismo da sociedade carioca emergente e os empréstimos culturais de toda sorte, ainda os lingüísticos:

Nos grandes focos, especialmente na corte, a sociedade tem a fisionomia indecisa, vaga e múltipla, tão natural à idade da adolescência. É o efeito da transição que se opera; e também do amálgama de elementos diversos.

A importação contínua de idéias e costumes estranhos, que dia por dia nos trazem todos os povos do mundo, devem por força de comover uma sociedade nascente, naturalmente inclinada a receber o influxo de mais adiantada civilização.

Os povos têm, na virilidade, um eu próprio, que resiste ao prurido da imitação; por isso na Europa, sem embargo da influência que sucessivamente exerceram algumas nações, destacam-se ali os caracteres bem acentuados de cada raça e de cada família.

Não assim os povos não feitos; estes tendem como a criança ao arremedo; copiam tudo, aceitam o bom e o mau, o belo e o ridículo, para formarem o amálgama indigesto, limo de que deve sair mais tarde uma individualidade robusta.

Palheta, onde o pintor deita laivos de cores diferentes, que juntas e mescladas entre si dão uma nova tinta de tons mais delicados, tal é a nossa sociedade atualmente. Notam-se aí, através do gênio brasileiro, umas vezes embebendo-se dele, outras invadindo-o, traços de várias nacionalidades adventícias; é a inglesa, a italiana, a espanhola, a americana, porém especialmente a portuguesa e francesa, que todas flutuam, e a pouco e pouco vão diluindo-se para infundir-se n'alma da pátria adotiva, e formar a nova e grande nacionalidade brasileira (...)

Tachar estes livros (*Lucíola*, *Diva*, *A pata da gazela* e *Sonhos d'Ouro*) de confeição estrangeira, é, relevem os críticos, não conhecer a fisionomia da sociedade fluminense, que aí está a faceirar-se pelas salas e ruas com atavios parisienses, falando a algemia universal, que é a língua do progresso, jargão erriçado de termos franceses, ingleses, italianos e agora também alemães (I, 698-9).

Ver a importação de termos estrangeiros por esse prisma científico, por essa larga compreensão dos contatos culturais entre os povos, é, sem dúvida nenhuma, uma posição de um verdadeiro lingüista, posição que até hoje não assumem muitos dos que estudam a língua que a querem encarcerada nos angustos limites de uma pretendida pureza idiomática.

Ainda na polêmica que travou com Joaquim Nabuco, em 1875, insiste neste ponto:

Notou ainda o crítico a palavra *grog*, de origem inglesa, por mim apor-
tuguesada em *grogue*. Podia notar outras como *tílburi*, *piquenique*, *lanche*;
ou *crochete* e *champanhe*, do francês.

Desde que termos estrangeiros são introduzidos em um país pela neces-
sidade e tornam-se indispensáveis nas relações civis, a língua, que os recebe
em seu vocabulário, reage por uma lei natural sobre a composição etimoló-
gica para imprimir-lhe o seu próprio caráter morfológico.

A pronúncia e a ortografia alteram-se, em alguns casos profundamente;
mas sempre conforme leis fonéticas, estudadas por Jacob Grimm e seus
continuadores.

Em português nós já temos, de outros tempos, *redingote* de *ridingcoat*;
jaqueta de *jacket* inglês ou *jaquette* francês; *pichelingue*, e *escolteto*, do flamengo
Flessing e *chsout*, *dessér*, *trumó*, do francês *dessert* e *trumeau* e muitos outros.

As línguas estrangeiras também por sua vez corrompem ou antes sujei-
tam ao seu molde os nossos vocábulos brasileiros. Assim os franceses mu-
daram *goiaba* em *goiave*, *caju* em *acajou*, *mandioca* em *manioc*; e o mesmo
acontece com os outros povos acerca de várias palavras americanas (p.
195-196, ed. de Afrânio Coutinho).

Tanto assim, que, em 1914, Said Ali escolhia para tema de confe-
rência proferida na Biblioteca Nacional esses contatos culturais que,
aparentemente, maculam o purismo. O título da conferência — *O pu-
rismo e o progresso da língua portuguesa* — reflete a identidade de conceitos
entre o escritor e o lingüista.

O que se nos afigura curiosíssima é a maneira como Alencar explica
a tenaz perseguição que os portugueses movem ao galicismo. Um cu-
rioso da ciência da linguagem fatalmente ligaria o ato a uma preocupa-
ção de purismo; mas o escritor cearense vê a coisa como um técnico de
raríssima perspicácia, relacionando o fenômeno a questões políticas
que extravasam nos domínios da língua. Assim, o escritor patricio no
Pós-escrito de Iracema, em 1870, prendia a antipatia dos portugueses aos
galicismos a um reflexo de repulsa à invasão francesa:

Há quem tache essa sobriedade no uso do artigo definido de *galicismo*, não se lembrando que o latim, donde provém nossa língua, não tinha aquela partícula, e, portanto, a omissão dela no estilo é antes um latinismo. Mas a mania do classismo, que outro nome não lhe cabe, repele a mínima afinidade entre duas línguas irmãs, saídas da mesma origem. Temos nós a culpa do ódio que semearam em Portugal os exércitos de Napoleão? (III, 315).

Assim Alencar, em 1870, antecipa as palavras do notável lingüista francês Miguel Bréal, que no seu *Essai de sémantique*, de 1897, nos ensina:

Quando se buscam as raízes dessas repulsas que os espíritos nobres nutrem pelas palavras estrangeiras, vê-se que elas são devidas a associações de idéias, a recordações históricas, a intenções políticas, com que a lingüística tem muito pouco que ver. Aos puristas alemães a presença das palavras francesas fá-los lembrar uma época de imitação que gostariam fosse esquecida de sua história. Os filólogos helênicos que proscreveram as palavras turcas do vocabulário continuam, a seu modo, a guerra da independência. Os tchecos que levam o seu ardor ao ponto de querer traduzir os nomes próprios alemães, para não deixar rastro de uma língua que suportaram por muito tempo, associam ao seu intento de expurgo a esperança de uma próxima autonomia. O “purismo”, em casos assim, serve de etiqueta a aspirações e ressentimentos que podem ser em si legítimos, mas não nos deve permitir ilusões sobre a verdadeira razão dessa campanha lingüística.” (3ª ed., 1904, p. 265-6).

Está por se fazer um estudo sério das leituras dos livros de lingüística feitas por Alencar e do reflexo delas nas opiniões e conceitos emitidos em seus livros. A concordância entre o cearense e a lição de Bréal deveria ocupar um lugar de relevo nessa pesquisa, porquanto nenhum dos autores portugueses e brasileiros que trataram da debatidíssima questão do galicismo se referiu — que saibamos — a essa re-

pulsa lexical como contrapartida de recordações históricas ou intenções políticas.

Intimamente ligado ao problema do galicismo está o conceito de clássico e da variação lingüística através do tempo, do espaço e das classes sociais e, neste capítulo, Alencar tece considerações judiciosíssimas, e revela luminosas intuições, fazendo-nos lembrar o que dele disse, em 1883, Capistrano de Abreu no tocante aos assuntos de história:

Ninguém melhor que ele teve a intuição da vida colonial; e há páginas do *Guarani* e das *Minas de prata* que valem por longas monografias (*Centro Literário e Científico José de Alencar*, p. 6).

Pedimos ao já paciente leitor que medite nas seguintes considerações:

Língua viva imutável, língua que, chegada a um tipo de perfeição modelar, cesse de modificar-se e absorver elementos estranhos ao seu passado, é cousa que não há nem nunca houve. A linguagem é a expressão de nossa inteligência. E a inteligência humana não se petrifica; pode volver olhar saudoso para a sabedoria de alguma era remota; porém esta, com todo o seu esplendor, não lhe produz desmaio, nem a paralisa. Se tal calamidade houvesse, o intelecto se atrofiaria e da maior parte das línguas modernas já não restariam mais que ruínas.

Estas palavras são de Said Ali, na conferência já citada; mas poderiam ser firmadas por José de Alencar, porque não era outra sua concepção sobre o equilíbrio instável das línguas vivas. Eis o que escreve no “Pós-escrito” de *Diva*, em 1865:

O autor deste volume e do que o precedeu com o título de *Lucíola* sente a necessidade de confessar um pecado seu: gosta do progresso em tudo, até mesmo na língua que fala. Entende que sendo a língua instrumento do espí-

rito, não pode ficar estacionária quando este se desenvolve. Fora realmente extravagante que um povo adotando novas idéias e costumes, mudando os hábitos e tendências, persistisse em conservar rigorosamente aquele modo de dizer que tinham seus maiores. (Note-se que é justamente este vocábulo aquele por que Said Ali se referiu à tradição portuguesa, no trecho lembrado!) Assim, não obstante os clamores da gente retrógrada, que a pretexto de **classismo** aparece em todos os povos, defendendo o passado contra o presente; não obstante a força incontestável dos velhos hábitos, a língua rompe as cadeias que lhe querem impor, e vai se enriquecendo já de novas palavras, já de outros modos diversos de locução. É sem dúvida deplorável que a exageração dessa regra chegue ao ponto de eliminar as balizas tão claras das diversas línguas. Entre nós sobretudo naturaliza-se quanta palavra inútil e feia corre ao pensamento tacanho dos que ignoram o idioma vernáculo, ou têm por mais elegante exprimirem-se no jargão estrangeirado, em voga entre os peralvilhos. Esse ridículo abuso porém não deverá levar ao excesso os doutos e versados na língua. Entre os dous extremos de uma enxertia sem escolha e de uma absoluta isenção está o meio-termo, que é a lei do bom escritor e o verdadeiro classismo do estilo (I, p. 399).

E prossegue Alencar sobre a variabilidade da linguagem:

A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo. (...) Não é obrigando-a a estacionar que hão de manter e polir as qualidades que porventura ornem uma língua qualquer; mas sim fazendo que acompanhe o progresso das idéias e se molde às novas tendências do espírito, sem contudo perverter a sua índole e abastardar-se. Criar termos necessários para exprimir os inventos recentes, assimilar-se aqueles que, embora oriundos de línguas diversas, sejam indispensáveis, e sobretudo explorar as próprias fontes, veios preciosos onde talvez ficaram esquecidas muitas pedras finas, essa é a missão das línguas cultas e seu verdadeiro classismo. Quanto à frase ou estilo, também se não pode imobilizar quando o espírito de que é ela a expressão varia com os séculos de aspirações e de hábitos. Sem o arremedo vil da locução alheia e a imitação torpe

dos idiotismos estrangeiros, devem as línguas aceitar algumas novas maneiras de dizer, graciosas e elegantes, que não repugnem ao seu gênio e organismo. Desse modo não somente se vão substituindo aquelas dicções que por antigas e desusadas caducam, como se tornaria monótona. De resto, essa é a lei indeclinável de toda a concepção do espírito humano, seja simples idéia, arte ou ciência: progresso sob pena de aniquilar-se (I, p. 399-400).

Pelas citações que acabamos de ler, vemos claramente que Alencar estava plenamente convencido de que não se pode separar a língua dos homens que a falam, de modo que os idiomas encarnam, acompanham e refletem os destinos das nações a que servem. Assim sendo, transplantada para o Brasil, a língua portuguesa tinha de inevitavelmente diferenciar-se da língua praticada em Portugal. Mudado o ambiente físico, a serviço de novos ideais e aspirações, o português do Brasil se afastava do de Portugal em vários aspectos, sem que disso pudessem dar conta os falantes d'aquém e d'além mar. Em 1872, na “Bênção paterna” de *Sonhos d'ouro*, seguindo as pegadas da lingüística biológica do seu tempo, Alencar teve a oportunidade de ressaltar – com todo o exagero da teoria – a influência do meio sobre as transformações das línguas:

Estando provado pelas mais sábias e profundas investigações começadas por Jacob Grimm, e ultimamente desenvolvidas por Max Müller, a respeito da apofonia, que a transformação mecânica das línguas se opera pela modificação dos órgãos da fala, pergunto eu, e não se riam, é mui séria a questão:

O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera? (I, p. 702).

Para podermos fechar o círculo dentro do qual repousavam as idéias de Alencar sobre os fatos de gramática e estilo da língua por-

tuguesa, falta-nos contemplar o seu conceito entre língua literária escrita e língua falada. Eis como a tal respeito pensava o escritor cearense:

A linguagem literária – diz-nos em 1865, no “Pós-escrito” de *Diva* – escolhida, limada e grave, não é por certo a linguagem cediça e comum, que se fala diariamente e basta para a rápida permuta das idéias: a primeira é uma arte, a segunda é simples mister. Mas essa diferença se dá unicamente na forma e expressão; na substância a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa exprimir as idéias de seu tempo, e o público possa compreender o livro que se lhe oferece (I, p. 560).

Neste trecho Alencar intuiu o que, nos dias de hoje, um lingüista universalmente conhecido, Eugenio Coseriu, distingue em *sistema* e *norma*. O *sistema* encerra o conjunto de possibilidades, de coordenadas que indicam caminhos livres e caminhos fechados. A *norma*, por sua vez, é um conjunto de realizações obrigatórias, de imposições sociais e culturais e varia consoante a comunidade.

Assim, Alencar percebe uma *norma* literária (“linguagem literária”) ao lado de uma *norma* coloquial (“linguagem cediça e comum”), mas ambas pertencem ao mesmo sistema funcional (“na substância a linguagem há de ser a mesma”).³

Ainda na mesma trilha, já agora ressaltando o trabalho artesanal do artista da palavra em contribuir para a formação de uma língua literária, revela-nos Alencar, em 1872, na “Bênção paterna” de *Sonhos d'ouro*:

Sobretudo compreendem os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo. Palavra que inventa a multidão, inovação que adota o uso, caprichos que surgem no espírito do

3. Eugenio Coseriu, *Teoría del lenguaje*, p. 98.

idiota inspirado: tudo isto lança o poeta no seu cadinho, para escoimá-lo das fezes que porventura lhe ficaram do chão onde esteve, e apurar o ouro fino. E de quanta valia não é o modesto serviço de desbastar o idioma novo das impurezas que lhe ficaram na refusão do idioma velho com outras línguas? Ele prepara a matéria, bronze ou mármore, para os grandes escultores da palavra que erigem os monumentos literários da pátria. Nas literaturas-mães, Homero foi precedido pelos rapsodos, Ossian pelos bardos, Dante pelos trovadores. Nas literaturas derivadas, de segunda formação, Virgílio e Horácio tiveram por precursores Ênio e Lucrécio; Shakespeare e Milton vieram depois de Surrey e Thomas Moore; Corneille, Racine e Molière depois de Malherbe e Ronsard; Cervantes, Ercilla e Lope de Vega depois de Gonzalo de Berceo, Íñigo de Mendoza e outros. Assim foi por toda a parte; assim há de ser no Brasil. Vamos pois, nós, os obreiros da fancaria, desbravando o campo, embora apupados pelos literatos de rabicho. Tempo virá em que surjam os grandes escritores para imprimir em nossa poesia o cunho do gênio brasileiro, e arrancando-lhe os andrajos coloniais de que andam por aí a vestir a bela estátua americana, a mostrem ao mundo em sua majestosa nudez: *naked majesty* (I, p. 497).

Com os elementos até aqui reunidos, extratados da vasta e coerente obra do nosso romancista maior, é hora de situá-lo em relação à língua do Brasil, para nos cingirmos ao tema proposto.

Sem sombra de dúvida Alencar pretendia ser um desses obreiros da fancaria que, manipulando a matéria-prima primitiva, iriam ajudar a transformá-la na condigna roupagem da novel terra americana. Estaria o escritor cearense imbuído da missão que, no século XVI, coube a Camões: rejuvenescer a língua para o grande destino que lhe abriu o *classicismo* português.

Já mestre Mattoso Câmara havia entendido bem esta missão do escritor cearense:

O grande romancista o que na realidade pretendia era elaborar uma língua escrita literária na base da nossa fala corrente, da mesma sorte que o francês clássico, o italiano de Dante, o português de Camões se cristalizaram pela lenta elaboração do romance vulgar (...) Por isso, *O Guarani*, a *Iracema*, ou ainda *O Gaúcho*, a *Diva* e assim por diante, são prosa artística, firmemente plantada numa linguagem que quer ser língua escrita, e não oral; os elementos lingüísticos vulgares entram aí como os motivos rítmicos folclóricos da Polônia na música de Chopin ou os costumes populares num quadro de gênero de Teniers. O nativismo lingüístico em nada impede aproximarmos o estilo de Alencar do daqueles escritores que mais se destacaram pelo distanciamento da linguagem coloquial, como em francês Flaubert ou em inglês Meredith, de sorte que em espírito – embora não em execução factual – *O Guarani* ou *O Gaúcho* não deixam de ter a sua afinidade estilística com *Salambo* ou *Diana of Crossways*. (*Ensaio machadiano*, p. 93-4.)

A natureza de escritor romântico leva-o a alicerçar a pretendida língua literária brasileira na mais pura e lídima tradição clássica portuguesa, especialmente os escritores modelares a partir do século XVIII. Esse era o filão inicial a cuja contribuição se somavam as criações novas, um estudado sistema de *liberdades* e imposições (na concepção proposta por Coseriu) e a contribuição estrangeira, particularmente vinda da França, a nova Ática do seu tempo.

Daí caber muita razão a Cândido Jucá (filho) quando classifica *Iracema* como uma obra clássica.

O seu *estilo aristocrático*, como também lembrou com justeza Gladstone Chaves de Melo, estava longe de concretizar o ideal de Macedo Soares, que proclamava: “Já é tempo dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal.” (*Dicionário Brasileiro*, p. 3.)

Seu acentuado nativismo fê-lo defender-se com freqüentes alusões às particularidades e diferenciações da língua portuguesa do Brasil, mas a verdade é que essas referências ficaram apenas na plataforma de sua campanha.

Machado de Assis, seu contemporâneo e partícipe com ele das culminâncias da literatura nacional, tinha muita razão quando a respeito do romancista declarou:

Nenhum escritor teve em mais alto grau a alma brasileira. E não é só porque houvesse tratado assuntos nossos. Há um modo de ver e de sentir, que dá a nota íntima da nacionalidade, independente da face externa das cousas. O mais francês dos trágicos franceses é Racine, que só fez falar a antigos. Schiller é sempre alemão, quando recompõe Filipe II e Joana d'Arc. (*Páginas recolhidas*, p. 129.)

Alencar, para o trabalho artesanal de enriquecimento em prol de uma língua literária brasileira, extratou o filão clássico português, da mesma forma que Mário de Andrade, um século e meio depois, iria extrair o filão popular brasileiro, com igual propósito e intenção. São, aliás, muitas as coincidências que se podem estabelecer entre os dois escritores, a começar do intento de comporem uma gramática para justificar suas escolhas, liberdades e imposições.

Muito se tem escrito sobre Alencar e pouco se tem feito em favor da riquíssima obra que nos legou. O pagamento desta dívida deveria começar por um trabalho editorial sério, filologicamente assentado, de modo que restituíssemos ao escritor cearense a fidelidade textual em que vazou suas composições.⁴

Nesta hora em que a nação brasileira rasga horizontes e se espraia pelo mundo nas asas promissoras da lusofonia, a lição de José de Alencar se impõe como um modelo a seguir no afã com que estudou, defendeu e ilustrou a língua portuguesa do Brasil.

4. Gladstone Chaves de Melo e Maximiano de Carvalho e Silva têm-nos dado os primeiros frutos dessa longa e impreterível jornada, com suas edições críticas e cuidadas.



A idade da eternidade

DÁRIO MOREIRA DE CASTRO ALVES

Exmo. Senhor Embaixador Sinesio Sampaio Goes Filho,
Exmo. Senhor Dr. António Braz Teixeira, Diretor da Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
Exmo. Senhor D. Fernando Mascarenhas, Marquês da Fronteira e Alorna,
Exmo. Senhor Carlos Nejar,
Senhoras e Senhores,
Amigos eternos da poesia.

Apresentação, em
27 de abril de
2001, em Lisboa,
do livro *A idade da
eternidade – poesia
reunida*, de autoria
de Carlos Nejar,
editado pela
Imprensa
Nacional – Casa
da Moeda, na
Série Escritores
dos Países da
Língua
Portuguesa.

Disse Eduardo Portella que Carlos Nejar é poeta da poesia, mais que do verso. Porque o verso costuma ser perecível (...). E nessas horas incertas, de revezamentos ou de impugnações históricas, quem assegura a permanência do poeta é a poesia: a palavra que fala ou se cala, para além dos limites do verso. (...) O seu enredo poético de tal maneira alarga o princípio da realidade, que quase podemos falar na transparência do mistério religioso, cosmogônico, telúrico. Estas palavras foram escritas no pórtico de uma das obras notáveis de Carlos Nejar, que veio a público há três anos no Brasil, *Teatro em versos*.

A propósito deste conceito de Eduardo Portella, é importante recordar o que todos sabem, que a poesia da antiguidade clássica tinha métrica, tinha pés, mas não tinha rima. E porque encarnava profundamente, eternamente, as sensibilidades da alma humana, que ela soube tocar, dedilhar e cantar, jamais morreu, e chegou até nós mais de dois mil anos depois de concebida. Aí estão as palavras candentes, vivas como há muitos séculos, e mesmo alguns milênios, os acordes poéticos de Ovídio, Virgílio e Horácio, como de Safo, Anacreonte, Alceu, mestres da lírica, a poesia que é a expressão de pensamento e sentimentos individuais e íntimos, isto é, a expressão da emoção, da paixão e da reflexão pessoais, como tão bem explica Maria Helena Ureña Prieto em seus ensinamentos de literatura grega. A lírica era outrora acompanhada de música e usavam-se como instrumentos a lira, a cítara e a flauta.

Mas a poesia de Carlos Nejar, em que as palavras vibram no ar como os azoragues com que o Cristo varreu as moedas de cima das bancas dos vendilhões do templo, não precisa nem de flautas, nem de cítaras, nem de liras. É aquela poesia que pervaga e ocupa as polegadas do coração, mas também é aquela que reflete os rumores do mundo e vai, em universal simpatia, buscar motivos emocionais que extravasam as palpitações do coração e falam diretamente à mente, à alma, ao sangue, ao coração e a todos os humores e sensações do ser humano. A poesia de Carlos Nejar ultrapassa as idades e, diversa e unamente, revela e define o Homem, na linha do que concebeu Eça de Queirós, o grande poeta da prosa grande.

As *Memórias do porão*, ou *Memórias do esquecimento*, inseridas neste luzeiro poético que é *A idade da eternidade*, são dedicadas a Fernando Assis Pacheco, poeta que já repousa na Eternidade, de quem diz Nejar ser testemunha desse manuscrito, achado sob a pedra do paraíso. De sua parte, Assis Pacheco diz que “Deus é a madrugada que é a luz que é um território diamante” e Carlos Nejar, gaúcho tocado pelo

minuano, chega enfim aos seus arrabaldes. Ele precisa de eternidade para um verso, ao menos um que cintile e dure como pedia Rainer Maria Rilke.

Em minha opinião é muito difícil escolher na poesia de Carlos Nejar um verso que cintile e dure. Digo que é difícil escolher porque são tantos os belíssimos pensamentos poéticos de nosso poeta, aqui hoje homenageado, que a escolha se torna mais do que difícil, senão impossível. São muitíssimos os poemas de Carlos Nejar que – digo isto com toda a certeza da mente e do meu coração, de que sobre Nejar estou com o futuro e o futuro está do meu lado – vão ficar para sempre, enquanto houver palavra, mundo, civilização e cultura. E vou citar um, a que já aludi, das *Memórias do porão*, em que Nejar, com o pensamento abrigado numa frase de São Paulo aos Coríntios – “Deus escolheu as coisas humildes do mundo, e as desprezadas, e aquelas que não são, para reduzir a nada as que são” – para dar conta de suas *Memórias do porão*. E muito bem o poeta se inspirou em São Paulo, que também escreveu suas “memórias do porão”, quando o santo dos gentios disse que a “loucura de Deus é mais sábia do que os homens; e a fraqueza de Deus é mais forte do que os homens. É que Deus – prossegue o santo – escolheu as coisas loucas deste mundo para confundir as sábias e escolheu as coisas fracas deste mundo para confundir as fortes”.

Mas vejamos, como amostra da grandeza deste livro – e basta segurá-lo com uma mão e folheá-lo como se desembaralha um maço de cartas para ver que ele é grande e bom – este começo das *Memórias do porão*. O título, *Tear dos ossos*, já é um lategaço na alma. E a poesia começa assim:

Principiei a escrever no porão o tear dos ossos, a biografia do mundo.

Fui desenrolando, aos poucos, com a permissão dos anos, as teias do porão, as astúcias de um juízo pesaroso.

Parece que Tróia se deu num porão antiquíssimo, em casa de Homero sonhando.

E foi a Divina Comédia um porão entre os anjos, demônios de Dante.

A Idade Média, porão de algum celeste mosteiro.

E o pó se ocultava nas pedras, história dos homens.

Ah se eu tivesse tempo! para ler aqui as setentas páginas deste poema em que se desdobra o rolar das *Memórias do porão*, escritas com a força do verbo, que ora é espada, ora é açoite, ora é pluma, ora é mão, ora é riso, ora é vento, ora é sombra, ora é mais que idéia: é vapor que se esgarça e se evola nas primícias de luz. E prossegue Nejar com suas reflexões sobre a família dos velhos trovões — os habitantes que pertenciam a essa família dos velhos trovões, que era uma estirpe humana perdida, com a lógica de eremitas que desaprenderam a comer ou falar pela falta habitual de uso; tios ou tias de si mesmos, sobrinhos de algum casario sombrio, netos de solteiras papoulas, bisnetos do Vento Sul ou Norte, afilhados da montanha longe, ou de sonoro, arcaico rio. E prossegue o poeta: eram de uma dinastia ainda sobrevivente, como se um sonho pudesse descascar-se de outro, de outro, até a casca nuclear.

Ah se eu tivesse tempo! de ler todas as reflexões do porão sobre as leis, a hierarquia (Os sentenciados iam de porão em porão, consoante a hierarquia caminhante do crime.), a Ordem Beneditina (que também estavam no porão, com santos levitantes, visitados diariamente por um Anjo.), os templários (outra Ordem no porão: combatiam a luz e a sombra. Depois descobriram que uma nascia da outra e era preciso desvendar sua língua redonda como a lua na varanda.), a filiação botânica, as invenções (a maior invenção foi a da roda: um abraço de mulher e musical. E na invenção do aeroplano, o porão era uma pluma ruflando, uma pluma levada aos absurdos platinos.), a máquina (que era um animal pré-histórico, um animal saído



Face, óleo sobre tela de Iberê Camargo (1984). Capa do livro *A idade da aurora* (1990), edição comemorativa dos 30 anos de produção literária de Carlos Nejar.

de dentro da história, como de uma fábula de Esopo.), impostos (até o ar era cobrado no porão por uma moeda de horas. A noite era cobrada, o amanhã por obscuros pedágios.) as ventações (o porão ventaniava, ventanhava, ventarolava... e as ventações eram regidas pelo timbre das nuvens como o bronze de longos campanários. Ou pelas narinas do mar.).

Ah se eu tivesse tempo! para citar as travessuras memoriais de Carlos Nejar, sobre as vedações, a invenção da liberdade, as mitologias, a violante, a morfologia, a matemática, o nome das coisas, Cristóvão e a redondeza da Terra, os refugiados (Pátria é onde apertam os sapatos.), os regimes, a pedra filosofal, a teologia, o cego e o mendigo, o primeiro trem, etc., etc., etc., etc., e, sobretudo, os etc. que ainda faltam! Porque não há tempo de citá-los todos para todos gozarmos com as graças poéticas e incríveis cabriolas, das quais a gente sai, depois de as ler, com marcas de simpáticas bordoadas na alma, no coração e na memória. E vamos depois a São Paulo, a pensar na epígrafe que o santo, sem prever e sem saber, escreveu para Carlos Nejar utilizar dois mil anos depois. Sairíamos nós todos, com Carlos Nejar à frente, a puxar a túnica de São Paulo e perguntar a ele que negócio é este de “loucura de Deus”!

Grande é a nossa vontade de que houvesse tempo para desenhar alguns traços e falar algumas vozes sobre o *Livro de Vozes*, que é inédito, que é dedicado para Elza, sempre. Aí também – asseguro-vos com toda segurança que o que eu digo é a verdade, que a verdade está comigo! – a beleza é imensa e as travessuras com a linguagem são também belas demais; seja n’*A idade da aurora: fundação do Brasil*, que é um espetáculo e onde as palavras luzem, esplendem e se abrem multicoloridas como uma chuva de fogos de artifício; seja em *Elza dos pássaros ou a Ordem dos planetas*, que é também um chuveiro mas de meteoros candentes e cadentes; em *Aquém da infância*; em *A ferocidade das coisas*; seja em os *Mortos visíveis*; seja no *Rumor das idades* – em todos es-

nas composições deparamos conceitos deslumbrantes, como poemas infantilmente lindos, feramente bonitos ou gravemente belos.

Analisando a obra poética de Carlos Nejar, António Osório, um mestre, o chama de poeta do tempo, do amor, da esperança, dá morte e de Deus, tudo isto entretecido como fios de uma mesma urdidura, admirável e pessoalíssima. Considera sua poesia ao mesmo tempo clássica e moderna. Clássica, pelo que traduz de adesão à vida, prevalência sobre o egotismo da realidade humana, suas grandezas e tormentos, e, ainda, pelo modo de conceber como um todo orgânico a arte incrivelmente difícil dos versos; moderna, pela livre radicação no tempo e pela maestria e arrojo verbal, tudo sem ponta de retórica, de modo pungente, tenso, dramático. Para Ana Marques Gastão, uma poeta de fina água como acaba de mais uma vez demonstrar em seu recente livro *Terra sem mãe*, a busca transcendente, encontrada em muitos dos poemas de Carlos Nejar, alia-se curiosamente a preocupações de origem social, porque Nejar canta o Homem que “espera, ama e cria”, aquele que desespera da esperança mas se deslumbra com o mundo, no cerco de todas as inquietações. Chama-o um bem-aventurado poeta. Escrevia em 1997 que a poesia de Carlos Nejar merecia ser publicada em Portugal. E aqui está ela ao nosso e ao vosso alcance.

Só me cabe encerrar estas palavras dando as felicitações a Carlos Nejar e, de raspão, a São Paulo também, em cujas leituras o nosso poeta de hoje e de amanhã bebeu tanta força e tão forte inspiração.



Jan Luiken (1649-1712)

Figura alegórica carregando a tocha (*Fakkel*) que ilumina os habitantes da África e do Brasil.
Uma índia mostra a caixa dos tesouros a Mercúrio, deus do comércio.

Prêmio Senador José Ermírio de Moraes – 2001

Realizou-se no dia 16 de agosto de 2001, no Salão Nobre do Petit Trianon, sob a presidência do Acadêmico Tarcísio Padilha, a sessão solene de entrega do Prêmio Senador José Ermírio de Moraes, o maior prêmio literário do Brasil, instituído pela família do saudoso membro do Senado Federal e grande industrial. Recebeu o prêmio o historiador e ensaísta Luiz Felipe de Alencastro, atualmente lecionando na Sorbonne. Saudou o premiado o Acadêmico Alberto da Costa e Silva, seguindo-se o discurso de agradecimento de Luiz Felipe de Alencastro. Por estar sob cuidados médicos o sr. José Ermírio de Moraes filho, que sempre representa a família, foi convidado a fazê-lo o Acadêmico João de Scantimburgo, que fez a entrega da importância correspondente ao prêmio. Seguem-se os dois discursos.

~ Discurso do Acadêmico

ALBERTO DA COSTA E SILVA

O Prêmio Senador José Ermírio de Moraes foi instituído em 1994, para ser outorgado anualmente a autor brasileiro, por obra de qualquer gênero que traga efetiva contribuição à cultura brasileira e tenha sido editada em português, por editora nacional, no ano anterior. Desde 1995, concedeu-se o Prêmio a Roberto Campos, por *Lanterna na popa*, a Evaldo Cabral de Mello, por *A fronda dos mazombos*, a Wilson Martins, por *A palavra escrita*, a Décio de Almeida Prado, por *Seres, coisas, lugares*, a Cícero e Laura Sandroni, por *Athayde, o século de um liberal*, e a Gofredo Telles Júnior, por *A folha dobrada*. São livros inteiramente distintos uns dos outros. Como é deles diferente este, agora premiado, de Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes*, que tem por subtítulo *Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*.

Não deveria faltar quem perguntasse por que a Academia Brasileira de Letras o singularizou, entre tantas obras de alto valor publicadas em 2000. E eu responderia que por ser, em primeiro lugar, um livro instigante, provocador, destes que não admitem a leitura descansada, um livro que convida, página sim, página não, ao debate e à controvérsia. Nós o lemos a polemizar com ele e conosco mesmo, com as concepções e dúvidas que tínhamos e temos sobre o passado brasileiro. Não que o livro se estruture de forma polêmica. Na sua narração serena, Luiz Felipe de Alencastro nos propõe, porém, a todo instante, novos modos de perceber a história do Brasil. O livro é, assim, estimulante e desafiador, porque novo em suas concepções e em seu desenho.

Luiz Felipe de Alencastro reclama nossos cuidados para o estarem na África muitos dos começos de enredos da história brasileira e convoca a nossa atenção para o Atlântico. Como já a tinham feito, pionei-

ramente, Nina Rodrigues para a Bahia e vários outros, em nossos dias, como João José Reis, com *Rebelião escrava no Brasil*, John Thornton, com *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World*, Manolo Florentino, com *Costas negras*, Joseph C. Miller, com *Way of Death*, Robert Slenes, com *Na senzala, uma flor*, e Roquinaldo Ferreira, com o seu livro ainda inédito, *Dos sertões ao Atlântico*, e nos ensaios que formam o volume *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, organizado por Barbara L. Solow, entre os quais se inclui um do próprio Luiz Felipe de Alencastro, “The apprenticeship of colonization”, no qual se prenuncia *O trato dos viventes*. Em todos e cada um desses trabalhos aponta-se ser impossível um entendimento pleno da história do Brasil e de tantos outros países americanos, assim como da história dos países da África Atlântica, entre os séculos XVII e XIX, sem se conhecer o que se passava, em cada momento, em cada uma das duas margens daquilo a que chamei o grande rio Atlântico, e das conexões e, mais do que as conexões, dos enlaces que entre elas se processavam.

A primeira grande novidade de *O trato dos viventes* é a de não conceber o Mar Oceano apenas como espaço vinculador, mas o de englobá-lo, juntamente com os territórios portugueses em Angola e aquilo que denomina de “miolo negreiro do Brasil” – de Pernambuco para o Sul –, numa única área político-econômica, tendo por espinha dorsal o comércio oceânico e por portos principais o Rio de Janeiro e Luanda. O sistema de exploração colonial português seria assim, no Atlântico Sul, unificado, compreendendo, nos dois lados do mar, como se entre eles não houvesse interrupção, de um lado, o de cá, enclaves de produção – os engenhos de açúcar, as minas de ouro, os rebanhos bovinos – fundada no trabalho escravo e, no outro, o de lá, áreas nas quais se produzia e reproduzia a mão-de-obra servil. As decisões políticas da Coroa seriam tomadas, consciente e, às vezes, inconscientemente, a partir da convicção de que sem Angola – isto é, sem o escravo negro – não seria possível manejar o Brasil e sem o

Brasil não havia razão para Angola. Não podemos nós, por isso, entender o que se passava no Brasil, sem saber como ia Angola, e vice-versa, as histórias dos dois países compondo, durante três séculos, uma só história.

Decorre dessa novidade uma outra — e seminal: a de que o tráfico negreiro conduziu a economia brasileira, pois, por meio dele, se obtiveram não só o trabalho, mas também os capitais que permitiram a exploração da terra. Era o acesso ao negro o que, em última análise, comandava as decisões dos grandes senhores, mazombos ou reinóis, do Brasil.

Dessa novidade deflui ainda outra: a de que o Brasil se formou fora do Brasil, no Atlântico, costurado em ponto miúdo a Angola. Ou ainda, corolário natural, a de que Angola, como hoje conhecemos, se formou fora de Angola, no Atlântico, costurada em ponto miúdo ao Brasil. Antônio de Oliveira Cadornega, na sua clássica *História geral das guerras angolanas*, escrita no fim do século XVII, já sugeria isso em relação a Angola, porém estabelecendo uma espécie de dependência do Brasil. Não lhe poderia passar despercebido, agudíssimo como era, a sequência de governadores provenientes do Brasil, ou com experiência brasileira, que se sucederam no comando do enclave português, após terem vindo do Brasil as tropas que expulsaram os holandeses de Luanda — Salvador Correia de Sá e Benevides, Rodrigo de Miranda Henriques, Luís Martins de Sousa Chichorro, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros —, nem atribuir isso a um simples jogo do acaso. A essa dependência não faltaria quem, na metade do Novecentos, atribuísse, como Ralph Delgado, na sua *História de Angola*, o atraso da colônia, na qual a Coroa só veria armazéns de depósito de escravos e portos de embarque de escravaria para o Brasil.

O enfoque de Luiz Felipe de Alencastro é, porém, diferente, e as conclusões a que chega, como já se viu, também. Esta nova visão já recomendaria o seu livro como de leitura indispensável. Mas ele não

pára aí, uma vez que subjaz no seu texto a compreensão de que esse espaço unificado do Atlântico Sul fazia parte de um outro maior, o do império talássico português, e de que por ele passava o grande arco que ia de Lisboa ao Japão, com sua troca de mercadorias, de gentes e de costumes. Era como parte desse império que se reconhecia o português ou o seu descendente, o súdito da Coroa, fosse branco, mestiço, canarim e até, em alguns casos, negro. Ele sabia que tanto podia servir à Coroa em Salvador, na Bahia, quanto em Goa, tanto no Maranhão quanto nos Rios de Sena, tanto na ilha de Moçambique quanto em Benguela, Cacheu, São Tomé, Praia, Valença do Minho, Açores, Macau ou Lisboa. O livro nos incita, assim, a perseguir uma história que não fique centrada na história da Metrópole lusitana, ou na história do Brasil, ou na história da Guiné, ou na história de Angola, ou na história do Estado da Índia, mas seja a história do império, dentro da qual poderemos melhor analisar e compreender os itinerários de Salvador Correia de Sá e Benevides – e é admirável e convincente a interpretação que deste e de sua família faz Alencastro –, e de Francisco José Lacerda e Almeida, e dos mamelucos brasileiros que já viviam no reino do Congo nos meados do século XVI, e dos ameríndios que lutaram nas tropas holandesas e portuguesas em Angola, cerca de cem anos mais tarde.

Apesar das convocações de Gilberto Freyre – especialmente em *Sobrados e mocambos* e em *Aventura e rotina* – ainda está por se fazer o estudo do influxo da Índia sobre o Brasil. E da China. E do golfo Árabe. E de todas aquelas partes do mundo onde puseram fortes, feitorias, tabancas e paliçadas os portugueses. Mais de uma vez, no correr da leitura de *O trato dos viventes*, relembrei intuições gilbertianas. Pois Luiz Felipe de Alencastro não nos deixa esquecer Moçambique – e não apenas como fornecedor suplementar de escravaria e como traço-de-união entre o Brasil e Goa – e procura arrastá-lo para o Atlântico. Ao fazê-lo, instiga-nos a pensar que, se as águas do Cuan-

za, do Zaire, do Níger, do Ogun e do Gâmbia entram pelos rios brasileiros, o Índico chega às nossas praias.

Como se o grande mural não lhe bastasse, Luiz Felipe de Alencastro nele inseriu uma sequência de pequenos quadros, de micro-ensaios com informações, leituras, interpretações e idéias inovadoras. Os parágrafos que dedicou ao papel da farinha de mandioca no comércio transatlântico, por exemplo, cheiram a tinta nova. Já aqueles em que analisou o tráfico negreiro para Buenos Aires, como acesso à prata do Peru, e os que consagrou aos búzios baianos dão matéria para um largo debate. Pois este é um livro que não deixa sossegar o leitor e desata a sua imaginação. E tanto é assim, que lhe cobramos mais. E cobramos mais a nós mesmos, ao terminar a sua última página. E cobramos a Luiz Felipe de Alencastro, que tão merecidamente recebe este Prêmio Senador José Ermírio de Moraes, que venha logo o livro que a este dará prosseguimento.

~ Discurso do Escritor

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO

¹ Versão modificada do texto intitulado “Conclusion générale”, publicado no livro organizado por Kátia de Queiroz Mattoso, *Littérature et Histoire: Regards croisés*, Paris, PUPS, 1996, p. 177-183.

A narrativa histórica¹

Refletindo sobre a teoria e a prática da disciplina histórica, Michel de Certeau, grande historiador, jesuíta e amigo do Brasil, interrogava-se: “Por onde passa a separação entre a História, a Ciência e a Ficção?” (Michel de Certeau, “L’Histoire, science et fiction”, *Le Genre humain*, p. 7-8, Paris, 1983.)

Na realidade, os historiadores devem começar por admitir que a questão essencial da narrativa histórica permanece envolta numa grande subjetividade. Tal subjetividade alimenta os debates existentes entre as diferentes escolas historiográficas, de um

lado, e as querelas entre historiadores e especialistas da literatura, de outro lado.

Como observou o historiador francês François Hartog, a escola dos “Annales” praticamente renunciou à reflexão sobre a narrativa histórica, sem nunca ter se interrogado sobre a matéria (F. Hartog, “L’Art du récit historique”, *Autrement – ‘Passés recomposés’*, n. 150-I, janvier 1995). Num registro similar, o ensaísta norte-americano Hayden White notou que os historiadores diferenciavam-se dos outros especialistas não literários pelo fato de que a maioria dentre eles escolhe o modo narrativo para apresentar suas pesquisas. Para White, os historiadores não compreendem as implicações dessa escolha, que marca a especificidade de sua disciplina no campo das Ciências Humanas: “muitos historiadores parecem incapazes de analisar a dimensão discursiva de seus escritos e, mais ainda, recusam a idéia de que tal dimensão possa existir” (Hayden White, “Response to Arthur Marwick”, *Journal of Contemporary History*, v. 30, n 2, 1995).

Tentarei abordar estas questões a partir do tema do meu livro, *O trato dos viventes – formação do Brasil no Atlântico Sul*. Juntando um verso de Fernando Pessoa, “minha língua é minha pátria”, e o título de um livro do historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie, *O território do historiador*, penso que o território do historiador brasileiro é o espaço intercontinental abrangido pela documentação portuguesa da Época Moderna, pela expansão ultramarina lusitana. Nessa ordem de idéias, como procurei demonstrar em meu livro, o pesquisador brasileiro perde uma parte da história do Brasil se desconsiderar os eventos desenrolando-se em Angola. Mas, ele também ficará alheio à percepção de nossa sociedade se desconhecer a historiografia e os documentos sobre o “Estado da Índia”, imensa constelação de feitorias ligando Moçambique a Macau através da capital de Goa; se não tiver lido, por exemplo, *O Soldado Prático* (1593-1610), de Diogo do

Couto, o qual, sem nunca se referir ao Brasil, apresenta-se, entretanto, como um livro fundamental para a compreensão da história luso-brasileira, na sua análise da administração colonial portuguesa e das ambições dos expatriados no ultramar.

Durante boa parte do século XX, os livros de Charles R. Boxer constituíram o ponto de encontro entre os impérios lusitanos do Oriente e do Ocidente, permitindo aos historiadores brasileiros seguir os debates e as pesquisas sobre os dois impérios efetuadas por autores de várias nacionalidades. Depois disso, as coisas evoluíram. A obra de historiadores indianos, como Kirti Chaudhuri e Sanjay Subrahmanyam, impuseram-se no estudo da Índia portuguesa, ao mesmo tempo em que pesquisadores australianos, como Michael N. Pearson e Anthony R. Disney, aprofundaram nossos conhecimentos sobre o oceano Pacífico lusitano.

Perdendo o meridiano de Londres, tão bem indicado por Boxer durante tanto tempo, este frutuoso diálogo de historiadores australianos e indianos tem poucos ecos em Lisboa e, menos ainda, no Brasil.

No Atlântico Sul, uma cilada historiográfica enfiou os eventos no escaninho das histórias territoriais e misturou as pistas: unido durante três séculos por grandes deslocamentos de homens e de mercadorias, o passado da região afigura-se, hoje em dia, fragmentado e quase impenetrável. O procedimento que consiste apenas em justapor a história de Portugal, a história de Angola e a história do Brasil não reconstitui a realidade da história transcontinental luso-afro-brasileira. A simples soma das partes não reconstitui o todo. É preciso reconstruir toda a problemática do Atlântico Sul para alcançar sua verdadeira dimensão.

Diante da fragmentação gerada pelas abordagens puramente nacionais e territoriais, nós ignoramos no Brasil as novas fronteiras políticas, econômicas e culturais que a historiografia recente, asiática, africana, americana e européia vem fixando ao ultramar lusitano. Os



Fernão de Magalhães
(ca. 1480-1521)
Navegador
português.
Comandou a
expedição que
descobriu a
passagem do
Atlântico para o
Pacífico, e realizou
a primeira viagem
de circunavegação
(1519-1522).

próprios historiadores portugueses, confrontados aos traumatismos da descolonização na África e às atrações da União Européia — reorientam-se cada vez mais para o estudo de seu passado continental, abandonando as pesquisas sobre o ultramar.

Desse modo — e chego agora à narrativa histórica propriamente dita — já é tempo que os historiadores brasileiros, assimilando os versos de Fernando Pessoa, passem a considerar sua língua como sua pátria. Já é tempo que eles explorem as imensas jazidas documentais formadas pela história da África e da Ásia portuguesas. Nas caixas de cartas e de relatórios, nos livros redigidos entre os séculos XVI e XIX, há partes inteiras da história da formação do Brasil, como também tesouros da língua portuguesa.

A propósito, ousa afirmar que a *Peregrinação* (1614), de Fernão Mendes Pinto, pode proporcionar a seus leitores brasileiros a mesma deleitação literária que Roland Barthes encontrava na obra de Proust: a exemplo de *À procura do tempo perdido*, os volumes da *Peregrinação* podem ser abertos e lidos em qualquer capítulo, pois o prazer do texto estará sempre presente, sempre renovado. A mesma coisa poderia ser dita da *História de Japam* (1584-1594), do grande missionário jesuíta Luís Fróis, obra fundamental para compreender a sociedade japonesa e os meandros de nossa língua materna.

A experiência multirracial e o hábito adquirido pela informalidade do português falado e escrito no Brasil darão aos historiadores brasileiros mais facilidade para captar o sentido e a riqueza da documentação do ultramar português. Frequentemente escritos por luso-africanos e luso-asiáticos estabelecidos há gerações em longínquos enclaves, esses textos contêm variações de sintaxe e de vocabulário que proporcionam à língua portuguesa do Brasil um pólo de referência distinto daquele da metrópole.

Acredito que o contato com a documentação, a transcrição do estílo e das sínteses elaboradas pelos funcionários, missionários e mo-

radores desse outro ultramar facilitarão outras narrativas, outras formas discursivas aos historiadores brasileiros. Enriquecidos por essas contribuições à escritura ultramarina, eles poderão evitar o pedantismo do estilo universitário e reduzir o fosso que separa a língua escrita e a língua falada no Brasil. Partindo para os outros territórios dos Descobrimentos, nossos pesquisadores exercitarão sua reflexão à escala mundial. A especificidade dos historiadores brasileiros com relação aos outros cientistas sociais – sua escolha do método narrativo e, talvez, sua recusa de certas limitações temáticas – encontrará assim nas próprias fontes documentais sua significação e sua razão de ser.

Fundar a originalidade da narrativa histórica na originalidade e das fontes, não é esse o sonho de todo historiador-escritor?